

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIST)

**JOGO DE CARTAS ENTRE HANNAH ARENDT E MARY
MCCARTHY: Impressões de duas mulheres sobre o próprio tempo**

MARISTELA SENA DOS SANTOS

São Luís
2021

MARISTELA SENA DOS SANTOS

JOGO DE CARTAS ENTRE HANNAH ARENDT E MARY

MCCARTHY: Impressões de duas mulheres sobre o próprio tempo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes

São Luís
2021

Santos, Maristela Sena dos.

Jogo de cartas entre Hannah Arendt e Mary McCarthy: impressões de duas mulheres sobre o próprio tempo / Maristela Sena dos Santos. – São Luís, 2021.

81 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes.

1. Ensino de História. 2. Literatura Epistolar. 3. Produto Pedagógico. I. Título.

CDU 82-6:373.5

MARISTELA SENA DOS SANTOS

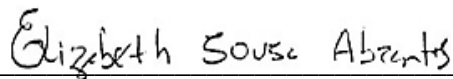
**JOGO DE CARTAS ENTRE HANNAH ARENDT E MARY
MCCARTHY: Impressões de duas mulheres sobre o próprio tempo**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Estadual do Maranhão,
para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa
Abrantes

Aprovada em: 26/07/2021

BANCA AVALIADORA



Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes (Orientadora)
(PPGHIST/UEMA)



Profa. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira (Arguidora)
(PPGHIST/UEMA)



Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho (Arguidor)
(PPGLETRAS/UEMA)

Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

À mãe

Ao pai

À filha

Ao espírito

que nos ascende

Todo dia

* A minha irmã Mariza Mendes por se importar com minha escrita

*Os pensamentos vêm a mim.
Eu não sou mais uma estranha para eles.
Eu cresço neles como num lugar,
Como num campo arado.
(Hannah Arendt, 1952)*

A tarefa que lhe coube, como um intelecto excepcionalmente talentoso e representante das gerações em que viveu, era aplicar sistematicamente o pensamento a toda e qualquer experiência característica de seu tempo – anomia, terror, guerra avançada, campos de concentração, Auschwitz, inflação, revolução, integração escolar, Documentos do Pentágono, espaço, Watergate, Papa João, violência, desobediência civil - e, finalmente conseguindo isso, direcionar o pensamento para dentro de si, e seus próprios processos característicos.

(Mary McCarthy – janeiro de 1976 - Saying goodbye to Hannah)

AGRADECIMENTOS

Quando decidimos participar de um concurso por uma vaga em um curso de pós-graduação, sempre temos acompanhantes especiais, os quais são essenciais a nossa determinação em atingir o propósito. Meu especial agradecimento à professora Dra. Grete Soares Pflueger por ter me incentivado sempre e até aqui. Obrigada à professora Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves pelas dicas, quando eu achava que não conseguiria inscrever-me, e que tudo estava perdido. Não estava e não está.

Minha admiração a todas as pessoas que estiveram comigo nessa jornada de estudos acadêmicos. A sala de aula é sempre uma experiência enriquecida pelas trocas com os professores e os colegas que trazem universos únicos. A todos, meu fraterno agradecimento pela convivência.

Meu respeito e reconhecimento à coordenação e à secretaria do Mestrado dirigidas respectivamente, pela professora Dra. Ana Livia Bomfim Vieira e por Flávia Cristiny Santos Gomes, que atuaram de forma competente e diligente atendendo às demandas da nossa turma.

Obrigada ao professor Dr. José Henrique de Paula Borralho pelas primeiras orientações para a construção desse trabalho. Mais grata ainda estou pelo acolhimento da professora Dra. Elizabeth Sousa Abrantes por aceitar prosseguir com a orientação. Obrigada enormemente pelos novos rumos e visões. A professora Dra. Martha Alkimin de Araújo Vieira é responsável por me contagiar de entusiasmo pela literatura que preenche a minha pesquisa. A ela, meu carinhoso agradecimento.

Obrigada às professoras Ana Livia Bomfim Vieira e Sandra Regina Rodrigues dos Santos por me acompanharem nessa jornada fazendo parte da banca arguidora.

E não poderia deixar de agradecer a meu marido, Alexey Pupo Espinosa, pela paciência, por não reclamar das minhas longas horas ausente, enquanto escrevi esta dissertação. Minha gratidão a meu amigo-irmão, Claudio Lima, por ter se dedicado à diagramação do projeto pedagógico *Papel de Carta – mensagens de Hannah e Mary*. Obrigada também a Andréa Oliveira e Celso Borges pela revisão do texto e do projeto gráfico.

RESUMO

A Literatura é campo expandido de diálogo interdisciplinar com a História e produz espaço próprio, onde cabem criação e conflito. O conteúdo das correspondências trocadas entre Hannah Arendt e Mary McCarthy, reunidas no livro *Entre Amigas – A correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy (1949-1975)*, organizado e editado por Carol Brightman, é o objeto desse estudo. Arendt e McCarthy narram em seus textos-cartas os principais acontecimentos do século XX, além de eventos referentes a suas vidas pessoais e profissionais. Elas utilizam a correspondência para relatar ações e produzir seus pensamentos. Discorrem como testemunhas, sobre a dinâmica social da época, o que aguça a percepção delas sobre o ambiente político-cultural em que se estabeleceram como escritoras. Eventos como a Guerra Fria, Manifestações Estudantis, Guerra do Vietnã, Luta contra o Racismo, são alguns assuntos abordados nessas cartas e que habilitam a obra *Entre Amigas* como conteúdo a ser utilizado em aulas de História no Ensino Médio a partir do diálogo com a Literatura. Para isso, a pesquisa oferece um produto pedagógico, voltado para professores e alunos do Ensino Médio, em forma de manual com verbetes de acontecimentos apontados e relatos da influência e relação que as autoras tiveram com esses, além de atividades que podem ser utilizadas em perspectiva interdisciplinar nas aulas de História, Filosofia, Sociologia, Língua Portuguesa, Literatura, Inglês e Arte.

Palavras-chave: Ensino de História. Literatura epistolar. Produto pedagógico.

ABSTRACT

Literature is an expanded field of interdisciplinary dialogue with history and produces its own space, where creation and conflict can fit. The content of the correspondence exchanged between Hannah Arendt and Mary McCarthy, gathered in the book *Between Friends - The correspondence of Hannah Arendt and Mary McCarthy (1949-1975)*, organized and edited by Carol Brightman, is the object of this study. Arendt and McCarthy narrate in their text-letters the main events of the 20th century, as well as events related to their personal and professional lives. They use correspondence to report actions and produce their thoughts. They speak as witnesses about the social dynamics of the time, which sharpens their perception of the political-cultural environment in which they established themselves as writers. Events such as the Cold War, Student Demonstrations, Vietnam War, Fight against Racism, are some of the subjects covered in these letters that enable the work *Entre Amigas* as content to be used in History classes in High School based on the dialogue with Literature. For this, the research offers a pedagogical product, aimed at high school teachers and students, in the form of a Manual with entries of pointed events and reports of the influence and relationship that the authors had with them, in addition to activities that can be used in an interdisciplinary perspective in History, Philosophy, Sociology, Portuguese Language, Literature, English and Art classes.

Keywords: History teaching. Epistolary literature. Pedagogical product.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – GÊNERO EPISTOLAR: A ESCRITA DE SI FAZER CONHECER	15
1.1 Carol Brightman e o romance epistolar de Hannah Arendt e Mary McCarthy	23
1.2 Retrato descrito de Hannah e Mary	26
1.3 Hannah Arendt.....	29
1.4 Mary McCarthy.....	31
CAPÍTULO 2 – CARTAS PARA O FUTURO	34
2.1 Polêmica em torno de <i>Reflexões sobre Little Rock</i>	39
2.2 Arendt e a publicação de <i>Eichmann em Jerusalém</i>	43
2.3 Rumores e humores dos anos 1960.....	52
2.4 Movimentos contra tempos sombrios	58
CAPÍTULO 3 – PAPEL DE CARTA - MENSAGENS DE HANNAH E MARY EM FORMA DE VERBETES	64
3.1 A utilização da literatura no ensino de História.....	65
3.2 Produção do produto pedagógico <i>Papel de carta – mensagens de Hannah e Mary</i>	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

INTRODUÇÃO

A filósofa Hannah Arendt (1906-1975) e a escritora Mary McCarthy (1912-1989) são conhecidas por protagonizarem uma longa, fiel e criativa amizade fundamentada em ideais comuns como garantia da autonomia, independência e protagonismo no mundo dos intelectuais de Nova York dominado por homens. Essa relação foi profundamente marcada por suas identidades próprias, diferenças culturais, idiomáticas, políticas e literárias, mas prevaleceu o respeito mútuo pelas singulares personalidades que construíram para si.

Outro aspecto marcante da vida de Arendt e McCarthy é que elas trocaram cartas por um período de 26 anos. Tal fervorosa relação epistolar foi interrompida com a morte de Hannah Arendt em 4 de dezembro de 1975, em Nova York. A importância do conteúdo de sua correspondência cresce pelo fato de que ambas nasceram no início do século XX, e cada uma a seu modo, traçou trajetórias pessoal e profissional marcantes.

Esta vivência epistolar foi registrada no livro *Entre Amigas – A correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy (1949-1975)*, organizado pela escritora norte-americana Carol Brightman, objeto de estudo desta pesquisa, que também apresentará um produto pedagógico, que será utilizado no ensino da disciplina História no Ensino Médio.

Por meio de sua correspondência, Arendt e McCarthy estabelecem um território povoado por ideias, obras, movimentos sociais, tragédias coletivas, relatos de viagens, discussões literárias, amenidades, dramas pessoais, fofocas, intimidades, política, entre outros, tendo como cenário um dos períodos mais conturbados do século XX. Ambas presenciaram durante o pós-guerra uma série de eventos, como a Guerra Fria, o Macarthismo, a luta pelos direitos civis dos negros afro-americanos, as guerras da Argélia, Coreia e do Vietnã, o golpe militar no Chile, os movimentos estudantis nos Estados Unidos e na França, Watergate e as manifestações do terrorismo.

Assistiram ao nascimento de movimentos artísticos e literários, além de serem protagonistas com grande representatividade. McCarthy como escritora, ensaísta e crítica literária norte-americana. Arendt, escritora, cientista social e filósofa, de origem judia-alemã. Desta forma, puderam desenvolver, por meio das cartas, escritos como pensadoras e também contar histórias sobre acontecimentos que fizeram a História e que repercutem ainda hoje no tecido social e na geopolítica mundial.

Para acompanhar a leitura dos trechos das cartas, há uma bibliografia que se apoia, sobretudo, em alguns títulos da obra de Arendt, cujo livro *Origens do*

Totalitarismo ganha destaque. Nele, Arendt analisa dois fundamentais regimes totalitários do século XX, o nazismo na Alemanha e o comunismo stalinista, na Rússia. Dispõe-se também da bibliografia atualizada relacionada à historiografia, aos acontecimentos históricos citados na correspondência, além daquela voltada ao ensino de História, à utilização de ferramentas para uso didático em sala de aula e à teoria literária.

Outros conceitos que foram utilizados na elaboração reflexiva e na exposição de dados deste estudo estão presentes ao longo das correspondências de Hannah Arendt e Mary McCarthy. Vida, obra e acontecimentos como guerras, nazismo, stalinismo, imperialismo, democracia, violência, propaganda, feminismo, macarthismo, direitos humanos, racismo, imigração, revoluções culturais, entre outros. Os conceitos também estão associados à reflexão sobre a utilização da literatura epistolar como documento histórico, fonte e ferramenta para a compreensão e correlação entre acontecimentos do passado e do presente.

A análise de parte do conteúdo da correspondência entre Hannah Arendt e Mary McCarthy e a construção de um produto pedagógico dar-se-ão conjuntamente. O uso da Literatura como campo expandido de diálogo interdisciplinar com a História produz espaço próprio, onde cabem criação e conflito. Por isso, ao ser utilizada em sala de aula, para o ensino de História, requer a análise do autor, do conteúdo e das condições políticas, sociais, econômicas e culturais em que a obra foi produzida, observando seu tempo histórico, sofrendo sua influência e o influenciando.

Ao comentar a influência da obra de Hannah Arendt nos dias de hoje, Lafer diz:

A cada ano, nos mais diversos quadrantes culturais surgem interpretações novas e por vezes contrastantes de sua obra. Num certo sentido pode-se dizer que ela está se convertendo num “clássico” do mundo contemporâneo, posto que a sua obra, ao lidar com a condição do ser humano no século XX, responde aos critérios de persistência apontados por Bobbio: cada vez mais é vista como interpretação autêntica da época em que viveu; provoca constantes leituras e releituras e nos oferece categorias de que nos valem para compreender a realidade que nos cerca. (LAFER, 2000, p. 122)

A compreensão do contexto histórico da correspondência entre Hannah Arendt e Mary McCarthy apresentada na obra *Entre Amigas* pode revelar com maior clareza o pensamento das autoras Arendt e McCarthy e suas ações como mulheres protagonistas do seu tempo. Com isso, é possível esperar que a utilização da Literatura

para o ensino de História seja um instrumento facilitador do processo de ensino-aprendizagem de modo que o entendimento sobre eventos ocorridos em um determinado período histórico ocorra de forma mais fácil e prazerosa ao ser proporcionado por relatos pessoais desses agentes históricos.

Este trabalho é formado por três capítulos. O primeiro, **Gênero Epistolar: a escrita de si fazer conhecer**, apresenta desde referências iniciais históricas sobre a epistolografia, datadas entre o século I a.C. e o século IV d.C., até a exploração do romance literário como gênero literário no século XVIII e seus desdobramentos na atualidade. O primeiro item, *Carol Brightman e o romance epistolar de Hannah Arendt e Mary McCarthy*, é uma abordagem sobre o trabalho de organização e edição das cartas. Brightman realizou uma extensa pesquisa sobre determinados acontecimentos ou situações que lhe chamaram a atenção. Sua escrita de um texto de introdução com referências biográficas, além de notas explicativas, são essenciais para a compreensão de certos contextos. Os segundo, terceiro e quarto pontos, respectivamente, *Retrato descrito de Hannah e Mary; Hannah Arendt; e Mary McCarthy* respectivamente segundo, terceiro e quarto itens, apresentam um perfil que descreve o encontro, o relacionamento e o ambiente intelectual e político no qual estavam inseridas.

O segundo capítulo, **Cartas para o futuro**, introduz uma série de cartas de Mary McCarthy que expõem as principais obras de Hannah Arendt começando por *Origens do Totalitarismo*. Trata também da obra *A condição humana* e finaliza citando a questão de um artigo sobre integração racial nos Estados Unidos, *Reflexões sobre Little Rock*, que causou muita discussão, e é o tema do primeiro item, *Polêmica em torno de Reflexões sobre Little Rock*. O segundo item, *Arendt e a publicação de Eichmann em Jerusalém*, o livro mais polêmico da escritora alemã, trata da viagem a Jerusalém como correspondente para cobrir o julgamento de Adolf Eichmann, chefe da Seção de Assuntos Judeus no Departamento de Segurança de Hitler. Ele foi acusado e responsabilizado pela deportação de milhares de judeus para os campos de concentração nazistas. *Rumores e humores dos anos 1960 e Movimentos contra tempos sombrios*, terceiro e quarto itens, versam sobre anos de instabilidade política e social e é possível perceber nas correspondências de Arendt e McCarthy seus posicionamentos, o engajamento de McCarthy a favor da liberação do Vietnã e na defesa do Maio 68 francês.

O terceiro capítulo, **Papel de Carta – Mensagens de Hannah e Mary em forma de verbetes**, trata do processo de elaboração do produto. O primeiro item, A

utilização da literatura no ensino de História, conta sobre o uso de documentos nas aulas e suas contribuições para o desenvolvimento do pensamento histórico. No segundo item, *Produção do produto pedagógico Papel de carta – mensagens de Hannah e Mary*, discorro sobre o processo de elaboração do produto pedagógico aliado a essa dissertação.

CAPÍTULO 1 - GÊNERO EPISTOLAR: A ESCRITA DE SI FAZER CONHECER

A história registra as referências iniciais sobre epistolografia em um período entre o século I a.C. até o século IV d.C. As obras de Demétrio, Filostrato de Lemnos e Caio Júlio Victor, além das epístolas de Cícero, de Sêneca e de Gregório Nazianzeno¹, fazem alusões a cartas.

O interesse dessas referências antigas é patente, uma vez que são as primeiras teorizações sobre epistolografia de que se tem notícia e documentação. Especificamente quanto às epístolas de Cícero e de Sêneca, o interesse reside também no fato de terem sido eleitas como modelos de escrita epistolar, sobretudo durante o Renascimento, nos séculos XV e XVI. Alguns traços comuns parecem unir todas as concepções epistolares da Antiguidade: a carta é definida como um diálogo entre amigos e, como tal, deve ser breve e clara, adaptando-se aos seus destinatários e empregando o estilo mais apropriado. Essa definição de carta como diálogo, ou como uma das partes de um diálogo, perpassará praticamente todas as artes epistolares. (TIN, 2005, p. 18)

Os povos antigos restringiam a atividade de escrever cartas à elite social e econômica. As classes sociais abastadas e comerciantes tinham secretários aos quais as cartas eram ditadas e ao término, eram assinadas por quem as ditava.

No antigo Egito já se encontrava a representação das cartas em suas pinturas. As mais antigas cartas datam do século IV a.C., e podemos citar as de Isócrates e as de Epicuro e, no mundo romano, tornaram-se célebres as epístolas como as de Cícero e de Horácio. [...] Dos anos 50-52 d.C., temos as Epístolas de Paulo, para serem lidas nas comunidades cristãs e nas quais o apóstolo respondia às dúvidas e ajudava a esclarecer pontos do cristianismo. (VASCONCELOS, 2008, p. 374-375)

Foucault (1992, p. 1-2) cita o texto *Vita Antonii* de Atanásio como “um dos mais antigos que a literatura cristã nos terá deixado sobre este assunto da escrita espiritual”. A narrativa composta no século IV d.C. apresenta características da escrita de si registrada naquele período.

Este texto está longe de esgotar todas as significações e formas que esta mais tarde irá adquirir. Mas podemos captar nele bastantes traços que permitem analisar retrospectivamente o papel da escrita na cultura

¹ **Demétrio** escreveu o tratado *Sobre o Estilo*, considerada a “primeira reflexão teórica mais desenvolvida sobre o gênero epistolar na Antiguidade Greco-Romana”, Freitas (2016, p. 201); **Filostrato de Lemnos** (200-230 d.C.) autor de *Vidas dos Sofistas* e *Vidas*; **Caio Júlio Victor** foi um professor de retórica do século IV d.C. e autor do manual de retórica *Ars Rhetorica*; **Cícero** (106-43 a.C.) orador e filósofo romano, escreveu muitos discursos, tratados e cartas. As principais coletâneas epistolares são *Cartas a amigos*; *Cartas ao irmão Quinto*; *Cartas a ático*; *Cartas a Brut*; **Sêneca** (4 a.C-65 d.C.) é autor do manual *Epistulae morales ad Lucilium*, que versa sobre a arte escrever cartas; **Gregório Nazianzeno** (329- 390 d.C.) teólogo, escreveu ensaios, sermões e cartas.

filosófica de si na época imediatamente anterior ao cristianismo: a estreita ligação à camaradagem, o ponto de aplicação aos movimentos do pensamento, o papel de prova de verdade. Estes diversos elementos encontram-se já em Séneca, Plutarco ou Marco Aurélio, mas com valores extremamente diferentes e de acordo com procedimentos de todo outros. (FOUCAULT, 1992, p. 1-2)

A partir da Idade Média, escrever cartas passa a exigir normas e aos poucos seus discursos vão sendo classificados obedecendo a estruturas e retóricas.

Deveriam ter uma estrutura paralela à do discurso, tal como nos manuais de retórica. Compreendia cinco partes: *salutatio* (fórmula de saudação ao destinatário, seguido ocasionalmente de seu título), *exordium*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*. Estas partes vão depois se simplificar e, de certa forma, permanecem até hoje. Teremos então uma introdução, a apresentação da mensagem, a narração propriamente dita e a despedida, sendo que a introdução e a despedida constituíram, em alguns momentos da história, verdadeiros exercícios de preciosismo. [...] No século XVII, a epistolografia vai atingir grande destaque, principalmente na França, onde os salões terão importância fundamental para a difusão das cartas. (VASCONCELOS, 2008, p. 375)

Publicadas em 1669 em Paris, as *Lettres portugaises* (Cartas Portuguesas), supostamente escritas pela freira Mariana Alcoforado, são temas de conversas nas reuniões sociais. A história das cartas gira em torno de sua paixão pelo Marquês de Chamilly, o destinatário das cinco correspondências. Também são dessa época a correspondência de Madame de Sévigné com sua filha. Após sua morte foi publicada com o título de *Lettres* (1726).

Até o século XV os documentários eram copiados à mão e circulavam entre um grupo restrito de pessoas. Com o advento da imprensa, os textos passam a ser reproduzidos com mais facilidade, o que permitiu perceber-se que quem possuía uma cópia do documento não era o proprietário intelectual deste; de fato o detentor desta propriedade era o autor, o que dará origem ao *copyright* e *droit d'auteur*. Na segunda metade do século XVII, para auxiliar aqueles que não dominavam a arte da epistolografia, proliferam as publicações de manuais e secretários epistolares, que tinham por objetivo ditar regras de bom-tom para se escrever corretamente. (VASCONCELOS, 2008, p. 375-376)

Entre os mais conhecidos estão *Manual de escribientes* (1574), de Antonio de Torquemada; *Les fleurs du bien dire* (1598) com 72 modelos de cartas; *Le secrétaire à la mode* (1640), de Jean Puget de La Serre (apresenta diferentes tipos de cartas e sugere um estilo do gênero epistolar); *Secrétaire à la mode réformé* (1684), de François de Fenne; o capítulo 13 da publicação *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX* (1845), de J. I. Roquette, é dedicado às normas da escrita de

cartas particulares. No Brasil também houve interesse editorial neste tipo de publicação. *Novo manual epistolar ou secretário de cartas particulares e Cartas de peditórios matrimoniais; Manual do namorado* (1897), de D. Juan de Botafogo (pseudônimo de Figueiredo Pimentel).

E apesar das novas formas de comunicação que surgiram concomitantes ao advento da internet e a proliferação de meios de transmissão da informação, ainda há quem tenha interesse em aprender como dar forma a uma carta, ou seja, o manual não caiu completamente em desuso.²

É no século XVIII que o romance epistolar aparece como gênero literário. Surgem obras como *Lettres de la marquise de M. au comte de R.* (Claude-Prosper Jolyot de Crébillon – 1732); *La nouvelle Heloïse* (Jean-Jacques Rousseau – 1761); *La paysanne pervertie* (Restif de La Bretonne – 1775); *Les liaisons dangereuse* (Choderlos de Laclos – 1782). Vasconcelos (2008, p. 378), fala da afirmação da carta como discurso literário, “a carta enquanto gênero, foi e é vista à margem da literatura, uma vez que se produziu longe do intuito primeiro – o literário –, posição assumida no início do século XX por Lanson, um dos estudiosos de correspondência”.

E no decorrer dos séculos XIX e XX dar-se-á a intensificação de publicações de trocas de correspondências entre os maiores expoentes das artes e da literatura. “No campo dos estudos literários é patente o valor do estudo da correspondência dos escritores. Para a Crítica Literária, é um recurso fundamental no que concerne a pesquisas de fontes ou biográficas”, Passos (2014, p. 190).

Os acervos de escritores são reservatórios memoriais por guardarem testemunhos de vida, tanto pessoais quanto literários, registrados em vários tipos de suportes materiais ou virtuais, geralmente constituídos por centenas de documentos heteróclitos que pertencem à esfera privada do escritor e que aparentemente não dizem respeito ao público leitor. Parte desse material, a que concerne aos “papéis”, constitui-se em objeto de estudo da crítica genética, e, uma vez organizada, classificada e analisada, essa massa documental pode fornecer pistas interpretativas da obra analisada pelo pesquisador. Dentro desses diversos papéis, está, entre outros, a correspondência. (PASSOS, 2014, p. 190)

Ao relacionar escritos autobiográficos a cartas pessoais, Vivian Santos escreve:

² Vasconcelos (2008, p. 377), escreve: “Estes manuais de alguma forma persistem até hoje, mesmo com o advento da internet. Se, por curiosidade realizar-se uma pesquisa em um *site* de busca pela expressão “como escrever cartas”, serão encontradas cerca de 1.520.000 incidências”.

[..] estudar cartas, na perspectiva da História Cultural, se afigurou como possibilidade apropriada para a ampliação de saberes sobre esse objeto que é tão pessoal, mas também cultural e de conhecimento, uma vez que a História Cultural comporta estudos realizados com grupos particulares, em locais e períodos específicos, abrindo-se para um processo de interconstrução entre as histórias dos sujeitos e da História, que deixa de ser vista como uma sucessão linear e uniforme de acontecimentos, mas pela complexa rede de atores nela envolvidos. (SANTOS, 2010, p. 54-55)

A prática e a popularização do gênero epistolar reuniu a atenção de pesquisas em diversas áreas o que ajudou a difundir os estudos da epistolografia.

[...] a retórica e os estudos linguísticos/filológicos veem a carta como ‘texto’. A meio caminho entre o prosaico e o literário, entre o público e o privado, manifesto em formas inquietas (a carta, o bilhete, o cartão-postal, o telegrama, o *e-mail* etc), esse ‘texto’ atrai também os olhares das mais diversas áreas do conhecimento, da história à psicologia (e psicanálise), da sociologia e filosofia às artes em geral, das ciências exatas às biológicas, olhares que desejam captar testemunhos e ideologias, fundamentos artísticos e científicos, experiências vividas ou imaginadas. (MORAES, 2008, p. 8-9)

Citando Moraes, Regina Kohlrausch escreve sobre a gama de possibilidades de estudos oferecida pela correspondência de artistas e intelectuais.

Convém salientar ainda, conforme Moraes (2007, p. 30), que a correspondência de escritores, artistas plásticos, músicos e intelectuais das diversas áreas de conhecimento abre-se para “três perspectivas de estudo”. A primeira possibilidade de exploração do gênero epistolar consiste em “recuperar na carta a expressão testemunhal que define um perfil biográfico” [...]. A segunda perspectiva é a que possibilita “apreender a movimentação nos bastidores da vida artística de um determinado período” [...]. A terceira possibilidade interpretativa é a que “vê o gênero epistolar como ‘arquivo de criação’, espaço onde se encontram fixadas a gênese e as diversas etapas de elaboração de uma obra artística, desde o embrião do projeto até o debate sobre a recepção crítica favorecendo a sua eventual reelaboração”. Nesse sentido, conclui Moraes, “a carta ocupa o status de crônica da obra de arte”. (KOHLRAUSCH, 2015, p. 150)

As correspondências de e entre escritores são bastante exploradas especialmente por autores de biografias e apresentam características particulares quando são analisadas como documentos.

O conteúdo documental da carta de um escritor estaria submetido a duas mediações: uma, do próprio gênero epistolar que seria a orientação do discurso conforme o destinatário a quem se dirige, e segundo o assunto, a situação em que o autor se encontra etc.; outra, decorrente de sua condição de escritor, que recriaria sua experiência pessoal conforme seu crivo altamente seletivo a que estaria sujeito o material linguístico da carta. (TIN, 2005, p. 10)

Foucault refere-se à proximidade que a escrita da correspondência proporciona entre emissor e receptor. “A carta enviada actua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como actua, pela leitura e a releitura, sobre aquele que a recebe”, Foucault (1992, p. 6).

A carta faz o escritor “presente” àquele a quem a dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas actividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física. Escrever é pois “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face. (FOUCAULT, 1992, p. 8)

Walnice Nogueira Galvão fala sobre as implicações que o pesquisador tem de enfrentar para ler a carta como documento histórico:

O problema é o limite. Quando é que a carta deixa de ser documento histórico e passa a ser construção literária? Como saber se a pessoa está inventando? Frequentemente está. Proust inventava à beça nas cartas, queixando-se tanto e de tantas doenças que dá para desconfiar se não seria uma invenção, uma forma de distanciamento. É preciso um trabalho mais sofisticado na análise de cartas, que não vá as aceitando como documento histórico por seu *face value*³, como dizem os americanos. ‘Está escrito, então você pode aceitar’. Algumas cartas são mais documentos do que outras e o difícil está em você equilibrar esses dois pratos da balança, entre o que é documento e o que é invenção. Se há invenção, a invenção pode ser criação artística também. (GALVÃO, 2008, p. 26-27)

Na visão de Santos (2010, p. 57-58), quem fala de si por meio de uma carta costuma ficar à vontade para contar sua história. A intimidade desse meio de comunicação, que leva à reflexão, também evoca a presença de um espaço de criação, onde o pensamento pode tecer linhas de ficção.

Por sua dimensão criativa, os textos autobiográficos [em correspondências] contêm traços de ficcionalidade: Aquele que é autobiografado converte-se em personagem. Deste modo, por conter elementos autobiográficos, a escrita epistolar é também espaço de criação, espaço de possibilidades para leituras diversas por leitores que se fazem interlocutor desses textos, ainda que não sejam seus destinatários originais. (SANTOS, 2010, p. 57-58)

³ Valor nominal; aquilo que não vale o que aparenta.

As livrarias estão cheias de biografias cuja pesquisa é baseada não só na correspondência do biografado, mas também dos familiares e amigos mais próximos. Nessa busca por informações inéditas sobre o sujeito central da biografia, os autores perseguem uma vasta trilha de cartas. É comum que pesquisadores consigam material, que coloca em evidência personalidades secundárias do enredo, mas que são interessantes o suficiente para a criação de outros projetos editoriais. Galvão (2008, p.27) estende seu comentário sobre a utilização de cartas na elaboração de biografias.

Críticos ingleses e norte-americanos que escrevem biografias de escritores sabem empregar muito bem as cartas. Richard Ellmann, autor da biografia de James Joyce, foi juntando cartas, bilhetinhos, pedaços de papéis do escritor, esboços literários; passou a vida acumulando material. E conheceu Joyce intimamente. Do mesmo modo, escreveu uma excelente biografia de Oscar Wilde, sabendo usar corretamente as cartas disponíveis. No trabalho de produção desses textos, Ellmann mobiliza, entre tantos paratextos, toda a correspondência daquele autor, toda a correspondência de todos os amigos daquele autor, mesmo que não sejam dirigidas a ele; lê todos os diários íntimos de todos os amigos daquele autor. As cartas entram provavelmente como o material mais importante nas biografias dele. (GALVÃO, 2008, p. 27)

Ao mesmo tempo em que a correspondência como gênero literário atrai o interesse de editoras para torná-la disponível aos leitores, ela também prende a atenção de escritores que buscam nas entrelinhas um fio que conduza a histórias no mínimo inéditas.

Considerando seu caráter de “documento expressivo”, volta-se o olhar sobre a carta esperando que o seu conteúdo traga informações e/ou novidades acerca do cotidiano e da vida política, de questões socioculturais e literárias, composto também pela “escrita de si”, com informações pessoais, reflexões e expressões de sentimentos, servindo, na linha de foucaultiana, de coincidência do olhar do outro e daquele que se volve para si próprio simultaneamente para um e para o outro, independente do objetivo da carta, como “préstimos recíprocos, quem ensina instrui-se”. (KOHLRAUSCH, 2015, 150-151)

No artigo *Machado de Assis e José Veríssimo: aspectos da correspondência entre o escritor e o crítico*, Cristiana Tiradentes Boaventura descreve aspectos da relação do autor de uma missiva com o receptor da mensagem ali configurada e plena de intenções:

Mesmo com abordagens e enfoques distintos entre si, é necessário entender a carta como contendo referências relativas ao tempo e ao interlocutor, reconhecer o valor dela no espaço reservado, mas sem perder o foco de que o autor desenvolve sua escrita tendo em mente

um determinado interlocutor e ao mesmo tempo é conhecedor do espaço social que o cerca. A carta é um documento datado e assinado, todavia não é um documento livre de qualquer estratégia ou máscara social. (BOAVENTURA, 2008, p. 104)

Ao mergulhar no acervo de cartas do escritor brasileiro Caio Fernando Abreu, Passos descreve:

Escrever cartas de forma compulsiva talvez tenha sido, para Caio F., uma forma de conjurar o profundo sentimento de solidão que raramente o deixava, “ti espero em carta”, escrevia a Vera Antoun. Durante a escritura da carta, compartilha-se um momento de intensa proximidade com o destinatário, uma forma de preencher o vazio da solidão, sentimento e sensação que, ciclicamente, assolavam o íntimo do escritor, o levando a escrever ainda e sempre. (PASSOS, 2014, p. 191)

Segundo Cotta (2008, p. 5), “embora trabalhar com correspondência pessoal possa parecer simples, tal atividade se mostra ao mesmo tempo complexa e cheia de obstáculos de ordem hermenêutica”.

A utilização, por parte do pesquisador, de correspondência como fonte para a pesquisa apresenta alguns aspectos peculiares. Trata-se de um tipo particular de escrita, uma “escrita autorreferencial” ou “escrita de si”, prática que se dissemina na cultura ocidental a partir do século XVIII, como parte do individualismo moderno – quando também o cidadão comum, não mais somente a nobreza e o clero, passa a constituir uma memória socialmente reconhecida. (GOMES apud COTTA, 2008, p. 4)

Gomes observa que toda escrita de “produção do eu” é marcada por um “efeito de verdade”, ligado a uma narrativa introspectiva, cuja autoridade e legitimidade se assentam na subjetividade e em uma noção de verdade como sinceridade, o que exige uma crítica das fontes que se volte para questões relativas ao “erro” e à “mentira” expressas no texto. A autora descarta “qualquer possibilidade de se saber ‘o que realmente aconteceu’”, pois não é essa a perspectiva do registro missivista: ele não registra o que se passou, mas sim “o que o autor disse que viu, sentiu, experimentou” em relação a um acontecimento. Daí o risco da “ilusão biográfica”, isto é, de acreditar que a fonte seja uma expressão do que verdadeiramente aconteceu” e não um registro, por parte do autor, de suas impressões, de sua ótica. O texto é uma “representação” de seu autor, como forma de materializar uma identidade que ele quer consolidar (em oposição à experiência fragmentária, não-linear, do eu individual), e o autor, por outro lado, uma “invenção” do próprio texto. Daí que a escrita de si seja também compreendida como obra não de “autores” propriamente ditos, mas de “editores”, pois consiste em um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida através do texto. (GOMES apud COTTA, 2008, p. 5-6)

Nas biografias *Nos passos de Hannah Arendt* (Laure Adler – 2007) e *Hannah Arendt por amor ao mundo* (Elizabeth Young-Bruehl – 1997) vigora a larga

utilização, pelas autoras Adler e Young-Bruehl, de trechos de cartas entre a biografada e seus pares mais íntimos. Uma tentativa de retratar não só a realidade do passado, mas também um exercício, um desafio de arrancar das entrelinhas da escrita de si uma novidade do passado impressa em cartas e contá-la no presente.

No trabalho de Carol Brightman como organizadora da obra *Entre Amigas – A correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy (1949-1975)*, ela oferece um texto introdutório, as notas explicativas e o epílogo do livro. Sua análise das cartas apoiada no distanciamento temporal em que os fatos aconteceram e na sorte de ter tido a oportunidade de conversar, entrevistar e até discutir questões editoriais da publicação com Mary McCarthy, permite a Brightman tornar-se também uma fonte.

Em sua crônica *Duas Amigas* no caderno + mais do jornal Folha de São Paulo, de 18 de junho de 1995, o jornalista e escritor Sérgio Augusto escreve sobre *Entre amigas*:

Também se lê *Entre Amigas* como se fosse um romance, epistolar, sobre tragédias coletivas, dramas pessoais e trivialidades cotidianas, tendo como pano de fundo um dos períodos mais agitados deste século. Contra um cenário de perdas sucessivas – a desilusão com algumas utopias, a decadência física, a perda de amigos, a cretinização da esfera pública, a destruição da natureza, Hannah e Mary se revelam duas mentes poderosas em busca de uma transcendência moderna, de uma forma ética de convivência com o mundo herdado da Segunda Guerra Mundial. Em busca, enfim, de um mundo menos torpe e cruel. A formiga e a cigarra eram duas almas eretas, teimosas e quixotescas, dominadas por um implacável senso de justiça. Ou, como diz Brightman no prefácio das cartas, "duas bandeirantes que nunca deixaram o fogo se apagar". (AUGUSTO, 1995, p. 1)

As correspondências trocadas durante 26 anos imprimem testemunho de uma amizade compartilhada de fato em todos os aspectos da vida de Arendt e de McCarthy. Nos textos é possível perceber a intensidade com que uma apoiava a outra em seus projetos profissionais, na defesa contra ataques a suas obras ou artigos publicados, e também nas questões pessoais como dificuldades financeiras, doenças e nos diversos momentos em que McCarthy abria seu coração em relatos detalhados sobre relacionamentos amorosos.

Carol Brightman comenta no texto introdutório de *Entre Amigas*:

O que diferencia as cartas de Mary e Hannah, e é fonte de sua rara força dramática, é a proximidade das vozes, proximidade que às vezes é francamente teatral. Até os comentários sobre assuntos pessoais apresentam-se como diálogo – diálogo, ou seja, o que transmite pensamento. As numerosas reflexões de Arendt e McCarthy sobre as

*idées reçues*⁴ da vida intelectual do século XX são exercícios de pensamento crítico, mas também diferentes da *atividade* de pensar que se descobre nas cartas. Pode-se chamar de pensamento puro, se esse adjetivo não desrespeitasse o espírito do “ego pensante” de Arendt. No ato de pensar – seja sobre assuntos do coração, criminalidade nas ruas, revoltas estudantis ou Black Power –, Arendt, em particular, vai e vem vencendo o abismo que costuma existir entre a experiência da vida cotidiana e sua contemplação. A essência deste tipo de pensamento é sua capacidade de dar maior nitidez ao mundo, não só a nossa experiência do mundo, mas ao próprio mundo, despojá-lo da superstição, da banalidade e das roupagens da teoria. (BRIGHTMAN, 1995, p. 13)

No prefácio da biografia *Hannah Arendt - Por amor ao mundo*, a autora Elizabeth Young-Bruehl escreve:

Contarei a história de Hannah Arendt como a reuni a partir de fontes escritas e relatos daqueles, ainda vivos, que a conheceram. A história da sua geração europeia e a dos nossos tempos sombrios é muito mais que um pano de fundo para uma história individual; sua vida a reflete tanto quanto sua obra procurou compreendê-la, as biografias, por sua natureza, concentram-se em uma *bios*. Mas pressupõem que essa vida única, embora seja apenas parte de uma história maior, deve ser oferecida às gerações futuras. A posteridade também pode julgar a vida; ao biógrafo é necessário julgar que a história deve ser contada. (YOUNG-BRUEHL, 1997, p.12)

1.1 Carol Brightman e o romance epistolar de Hannah Arendt e Mary McCarthy

Um dos fatos explorados na biografia *Hannah Arendt – Por amor ao mundo* e escrita por Elizabeth Young-Bruehl é que ela tinha um numeroso círculo de amigos, que por meio de troca constante de cartas, sustentavam fortes vínculos e relacionamentos que sobreviveram ao tempo e à distância. Dentre estes estava Mary McCarthy. De Nova York, em 20 de junho de 1960, Hannah Arendt escreve:

My dearest Mary – I am writing not to write a letter but to do everything required to receive one. Minha querida Mary - Estou escrevendo não para escrever uma carta, mas para fazer todo o necessário para receber uma. (DE ARENDT PARA MCCARTHY apud BRIGHTMAN, 1995, p. 98)

Hannah Arendt escreveu cartas durante grande parte de sua vida. Talvez por ter sido obrigada a fugir da sua Alemanha, em 1933, sob o domínio nazista, e ter vivido como apátrida até 1951, longe de casa, tendo de falar outra língua que não o alemão, ela fez das suas correspondências alicerce para salvá-la das ausências.

Nessas circunstâncias, teve de, intelectualmente, pensar os acontecimentos pela sua própria cabeça – sem apoio de instituições e tradições; e, existencialmente, verificou que, sem o “direito a ter

⁴ Ideias preconcebidas; preconceitos

direitos”, são os acidentes da simpatia e das afinidades, a força da amizade ou a graça do amor os únicos elementos que oferecem a um refugiado a base precária que confirma a sua dignidade humana – como diz, no espaço público, em *As origens do totalitarismo*; e em tom privado, numa carta a Kurt Blumenfeld, de 2 de agosto de 1945. É por essa razão, de ordem existencial, que ela enriqueceu a epistolografia do século XX com uma extraordinária e densa correspondência, cuja publicação vem sendo estimulada pela irradiação de sua fortuna crítica. Esse é o traço unificador das correspondências até agora publicadas com Jaspers, Heidegger, Mary McCarthy, Broch, Blücher e Blumenfeld⁵. (LAFER, 2000, p.125-126)

A pesquisa de Carol Brightman sobre a correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy começou em setembro de 1985, na sala das Coleções Especiais da Biblioteca da Universidade Vassar⁶, campus onde Mary McCarthy estudou Literatura, e onde as cartas foram depositadas. Um trabalho penoso e apaixonado como ela mesma conta no prólogo da obra *Entre Amigas – A correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy 1949 – 1975*, publicado dez anos depois, em 1995, pela editora norte-americana Harcourt Brace & Company. Brightman (1995, p. 31), “comecei a sussurrá-las num gravador com a voz rouca por causa da emoção e da ordem que recebi de que não perturbasse os outros leitores”.

Brightman reuniu todas as cartas de Arendt e McCarthy com exceção de alguns cartões-postais, bilhetes e dois memorandos. No mesmo ano, conseguiu entrevistar Mary McCarthy e expressou pela primeira vez a ela seu desejo de publicar a correspondência. Inicialmente, McCarthy achava que o conteúdo das cartas seria útil para um trabalho de biografia, mas Brightman não pensava assim. Em 1989, ela intensificou os encontros com McCarthy para discutir detalhes da edição da correspondência e teve a confirmação que algumas cartas, trocadas no início da amizade, desapareceram.

Brightman (1995, p. 31), “senti imediatamente que as próprias cartas eram um livro, lê-las era ler um bom romance”. No que a escritora norte-americana tinha razão já que a correspondência concentra as principais características do gênero literário romance como a narrativa longa, texto escrito em prosa obedecendo a uma estrutura com acontecimentos que se combinam para formar o enredo da obra, os espaços físicos

⁵ Karl Jaspers; Martin Heidegger; Hermann Broch; Heinrich Blücher; Kurt Blumenfeld.

⁶ Vassar College é uma das mais antigas e, tradicionais universidades privadas dos Estados Unidos. Está situada na cidade Poughkeepsie, no estado de Nova York, a cem quilômetros ao norte da cidade de Nova York.

onde ocorre a ação, o quando e a duração dos acontecimentos, os personagens, seus enredos e perspectivas.

Nessa correspondência, que se estende de 1949 a 1975, duas grandes amigas, que foram intelectuais de primeira plana, tratam, de maneira muito viva, do seu cotidiano – um cotidiano no qual os grandes projetos intelectuais de ambas e as discussões políticas se mesclam com os cuidados da casa, a conversa mais livre sobre as pessoas; as críticas e as maledicências de que foram alvo; as alegrias e os dramas do amor; a educação de filhos; a família; as roupas; o cabeleireiro; a saúde e a doença. Em síntese, trata-se de um livro que traz à tona a condição feminina tal como vivida por duas intelectuais que se destacaram e que conseguiram lidar – e bem – com a multiplicidade de solicitações que caracteriza a existência da mulher no século XX. A correspondência oferece pistas adicionais sobre o círculo de amigos de Hannah Arendt, tanto os da Europa, transplantados para os Estados Unidos, quanto os que nos Estados Unidos foram se agrupando por força de afinidades filosóficas, literárias ou políticas. Entre as duas amigas havia complementaridade e identificação, e Mary McCarthy representou o polo de inserção de Hannah Arendt nos Estados Unidos. Nesse sentido, a correspondência entre ambas é o contraponto norte-americano da correspondência com Jaspers. (LAFER, 2000, p. 126-127)

Brightman se referia ao livro *Entre Amigas* como “um romance epistolar – foi como chamei a correspondência entre Mary McCarthy e Hannah Arendt, porque compõe a história de uma intensa amizade à primeira vista improvável” (Brightman, 1995, p. 24).

A ternura das cartas, contudo, fala de uma amizade que chega ao limite do romance; não romance sexual, mas tampouco totalmente platônico. O desejo da presença física uma da outra perpassa toda a correspondência da década de 60, depois que McCarthy fixou residência na Europa[...] McCarthy atraía Arendt por qualidades que transcendiam as diferenças culturais entre elas e transcendiam também as afinidades políticas e literárias que a ligavam à maioria de seus amigos americanos. (BRIGHTMAN, 1995, p. 25)

Mary McCarthy era uma correspondente ardorosa, irreprímível, é claro, e suas cartas eram motivadas tanto por seu impulso autobiográfico como por seu prazer em escrever como maneira de introduzir ordem na fúria da vivência. Quanto a Arendt, era mais provável que, presa da necessidade de se comunicar, pegasse o telefone ou esperasse uma das visitas de um dia que McCarthy frequentemente lhe fazia em Nova York. (BRIGHTMAN, 1995, p. 28)

As condições editoriais que guiariam a publicação das correspondências foram discutidas por Brightman e McCarthy.

Os cortes seriam mínimos. Os permitidos seriam feitos por três razões: eliminar referências obscuras e/ou sem importância; reduzir a repetição, especialmente nos cumprimentos e saudações; e retirar

material que pudesse ser considerado injurioso a pessoas ainda vivas. (BRIGHTMAN, 1995, p. 28)

McCarthy encarava as cartas como documentos que, como tais, não são submetidos a revisão. Além disso, a correspondência serve, enquanto diálogo para celebrar a relação com Hannah Arendt (verdadeira finalidade de Mary McCarthy ao publicá-la, creio), mas apenas se o drama do qual agora os leitores são convidados a participar mantiver sua ligação com a fala real – no caso de Arendt, uma fala cujas impropriedades ocasionais dão vida, nestas páginas, à sua voz áspera e terna. (BRIGHTMAN, 1995, p. 29)

Como pesquisadora, Carol Brightman teve de se debruçar sobre acontecimentos, lugares, personalidades, artigos, livros e manifestos citados na correspondência e que ela não conhecia ou tinha pouca informação a respeito. Contou com a colaboração de Margo Viscusi, curadora literária de Mary McCarthy para solucionar eventuais dúvidas e questionamentos que apareciam durante a pesquisa. A presença de Viscusi ajudou também na produção das notas presentes ao longo do livro, trabalho realizado com apuro por Brightman. Ela também teve a preocupação de dividir a correspondência em blocos e de escrever um texto introdutório com referências biográficas que ajudam o leitor a compreender o contexto das cartas.

Os nomes próprios mencionados nas cartas são identificados sucintamente nas notas, em geral na primeira vez em que aparecem. A página onde se encontra a identificação figura em negrito no índice remissivo. As alusões a fatos históricos e personalidades públicas também são explicadas nas notas, que contêm igualmente a informação bibliográfica relativa a livros e artigos citados nas cartas. (BRIGHTMAN, 1995, p. 29)

William (Bill) Jovanovich diretor da editora Harcourt Brace & Company, editor e amigo de Arendt e McCarthy foi uma das fontes “que não só responderam a perguntas factuais como partilharam suas experiências pessoais com uma ou outra correspondente, ou ambas”, Brightman (1995, p. 30). Lotte Kohler, amiga íntima de Arendt, foi primordial no momento de decifrar a caligrafia de Arendt em muitos trechos ilegível.

1.2 Retrato descrito de Hannah e Mary

Hannah Arendt e Mary McCarthy se encontraram pela primeira vez em 1944, em um bar na cidade de Nova York. Na época, Arendt trabalhava na editora Schocken Books, originária da Schocken Verlag, criada em Berlim, em 1931. Era o início da vida de Arendt nos Estados Unidos, ocasião em que ela se familiarizava com a

rede de intelectuais americanos e outros estrangeiros que não pertencessem diretamente à comunidade de judeus alemães emigrantes como ela. Arendt publicava resenhas e ensaios nos veículos *Menorah Journal*, *Contemporary Jewish Record*, *Commentary*, *Partisan Review* e *The Nation*.

Arendt e McCarthy só se conheceram porque em maio de 1941, após fugir da Alemanha e de um campo de internação na França (Gurs), Hannah e seu marido Heinrich Blücher chegaram a Nova York. Eram subvencionados por uma bolsa de 70 dólares da Organização Sionista da América, o que os possibilitou alugarem dois dormitórios com pouca mobília, sendo um deles para Martha Arendt, a mãe de Hannah.

Em novembro de 1941, Arendt começou a trabalhar como colunista para o semanário *Aufbau* patrocinado pelo Clube Judaico Alemão, que depois teve o nome mudado para Clube do Novo Mundo. Segundo Young-Bruehl (1997, p. 169) o jornal “se destinava a refugiados de idioma alemão em todo o mundo e proporcionava aos intelectuais judeus alemães um fórum para as suas visões políticas”.

No primeiro semestre de 1945, em Nova York, Mary McCarthy e Hannah Arendt encontraram-se em uma festa promovida por um dos editores da revista *Partisan Review*, Philip Rahv. Muito à vontade em um grupo que falava sobre o comportamento dos franceses diante da ocupação de Paris pelos alemães, McCarthy disse que lamentava por Adolf Hitler desejar ser amado por suas vítimas. Para Brightman (1995, p. 9) “foi puro Mary McCarthyismo, uma observação calculada para ofender os antifascistas submissos, não Hannah Arendt”. Naturalmente, Arendt não entendeu a sutileza, ficou profundamente ofendida com o comentário da americana e só voltou a falar com McCarthy três anos mais tarde.

Mary McCarthy tornou-se uma das amigas mais íntimas dos Blücher. Foi uma das poucas norte-americanas em cuja presença Hannah Arendt superava a timidez que sentia em relação àqueles que ou conhecia desde a juventude ou a que fora apresentada em uma atmosfera permeada pela cultura alemã, aquele ambiente onde a citação correta de Goethe sempre estava à mão. (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 191)

Em 1944, ano em que Hannah Arendt e Mary McCarthy se conheceram, em Nova York, elas se encontravam em um círculo de esquerdistas que militavam e aderiam aos temas sociais e políticos da época, por meio da literatura. Ambas escreveram ensaios para as mais destacadas revistas e desenvolveram carreiras exitosas como escritoras. A troca de correspondências entre Arendt e McCarthy demarca a

atuação delas evidenciando trajetórias que repercutiram em muitos momentos no meio intelectual norte-americano e europeu.

Em entrevista a Carol Brightman, em 1985 (Brightman, 1995, p. 7), Mary McCarthy expressou suas impressões sobre Arendt naquele momento: "ela transbordava de vitalidade, uma extraordinária vitalidade elétrica... enchia-me de encanto e admiração". Ao comentar sobre como os intelectuais americanos com os quais ela se relacionava eram diferentes dos intelectuais europeus, em registro de Brightman (1995, p. 9), McCarthy cita Nicola Chiaromonte (crítico italiano) e Arendt como platônicos, socráticos, "que partilhavam uma preocupação fundamental com a moralidade pessoal e política que a entusiasmava de um modo que a política movida à ideologia não era capaz de despertar".

Carol Brightman na introdução do livro *Entre Amigas – A correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy (1949-1975)* descreve particularidades da infância e do temperamento de Arendt e McCarthy:

Nascida em Seattle em 1912, órfã aos seis anos e criada por tutores católicos, protestantes e judeus, Mary McCarthy tornou-se uma moça voluntariosa e teimosa que só se inclinava diante das mulheres intelectuais que conhecia na escola. Hannah Arendt, nascida em Hannover, em 1906, e criada em Königsberg, Prússia Oriental, filha única de pais judeus cultos, tornou-se, em certo sentido, a mais ilustre das professoras de McCarthy. Mas a autoridade da amiga, tanto moral como intelectual, não evitou que McCarthy questionasse seu pensamento, tanto quando este parecia obscuro como quando desrespeitava seu senso de realidade. (BRIGHTMAN, 1995, p. 10)

Ambas sofreram ataques por causa de suas obras. McCarthy devido ao livro *O Grupo*. A primeira edição, com 70 mil exemplares, saiu em agosto de 1963. Sua obra de maior sucesso vendeu mais de cinco milhões de cópias. *O grupo* conta a história de oito moças da turma de 1933 da Universidade de Vassar, uma das mais elitistas e conceituadas universidades femininas americanas. Em 24 de outubro de 1963, Mary McCarthy escreve:

Em Paris sou alvejada por recortes de jornais sobre *O grupo*, muitos deles tremendamente hostis, e por pedidos de entrevistas e fotos. Parece que o sucesso consome muito tempo da pessoa; ele a devora. E confesso que estou deprimida com o que me parece ser uma perfídia do pessoal da *New York Book Review [sic]*. Suponho que você viu o artigo de Mailer e a paródia que o precedeu. (MCCARTHY A ARENDT, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 159)

E Arendt devido à série de reportagens sobre o julgamento de Adolf Eichmann, em 11 de abril de 1961, em Jerusalém. Eichmann foi julgado por crimes

contra o povo judeu, contra a humanidade e crimes de guerra, durante o regime nazista. A reportagem foi publicada como uma série de artigos no *The New Yorker*, em fevereiro e março de 1963. Em maio de 1963, Arendt publicou o livro *Eichmann em Jerusalém: A banalidade do mal*, em cujo texto aponta a conduta dos Conselhos Judaicos, que no início da guerra, se submeteram à exigência dos oficiais nazistas de elaborar inventários de suas comunidades, o que facilitava a posterior remoção das pessoas para os campos de concentração.

Para Lafer (2011, p. 205), Arendt,

[...] insistiu não apenas na banalidade do personagem – as pessoas que cometeram grandes crimes não são necessariamente grandes criminosos –, como também no impacto corruptor do totalitarismo nazista, que marcou os algozes, mas também a sociedade e suas vítimas. A crítica de Hannah Arendt à conduta das lideranças judaicas na Europa da época do holocausto isolou-a da comunidade judaica, que se ressentiu – para usar a expressão de Gershom Scholem, em carta a ela dirigida – de sua falta, no trato do assunto, de *Ahabath Israel* (amor pelo povo judeu).

1.3 Hannah Arendt

Hannah Arendt nasceu em 14 de outubro de 1906, em Linden, arredores de Hannover, Alemanha; e faleceu em 4 de dezembro de 1975, em Nova York, Estados Unidos. Sua família era originária de Königsberg, na Prússia Oriental, cidade onde passou a infância, em um meio culto de profissionais liberais judeus. Seus pais eram o engenheiro Paul Arendt e Martha Cohn Arendt. Sua mãe costumava frequentar os círculos intelectuais de Königsberg, os quais discutiam a educação para meninas, tema negligenciado em muitos locais. Seu pai morreu quando ela era ainda muito jovem, o que fez com que mantivesse ao longo da vida um contato muito próximo e, por vezes, tenso com a mãe. Dizia que, quando criança, não se sentia em apuros ou desconfortável em seu ambiente por ser judia. Cedo se interessou por filosofia. Foi leitora assídua e apaixonada de Kant ainda na adolescência. Também estudou teologia e literatura grega.

Arendt estudou filosofia, teologia e filologia clássica com importantes professores-filósofos alemães nas cidades de Marburg, Freiburg e Heidelberg. Em Marburg foi aluna de Martin Heidegger, por quem se apaixonou, escreveu cartas, dedicou poemas. Em Freiburg frequentou as aulas de Edmund Husserl e em Heidelberg foi aluna de Karl Jaspers. Obteve seu doutorado em filosofia, em 1928, na Universidade de Heidelberg, sob a orientação de Karl Jaspers, com a tese *O conceito de amor em*

Santo Agostinho, trabalho publicado em 1929. Arendt e Jaspers tornaram-se grandes amigos, reencontraram-se muitas vezes e se corresponderam até a morte dele, em 1969.

No artigo *O amor na política: um diálogo entre Hannah Arendt e Santo Agostinho*, o professor Renato Augusto Carneiro Júnior, compreende que o tema da tese de Arendt, esteve presente em toda a existência, em sua identidade como judia e em todas as consequências que isso trouxe à vida.

Ao se entender que o estudo de O Conceito de Amor em Santo Agostinho pertence a uma fase bem determinada da juventude de Hannah Arendt, que a ela voltaria ao longo de toda a sua existência, entende-se também como algumas das referências carregadas pela autora em seu íntimo pensar tiveram a marca deste tempo. O pensamento de Hannah não se distancia do que viveu ela própria, judia na Alemanha nas décadas anteriores à Segunda Guerra, apátrida e, mais tarde, cidadã americana. (CARNEIRO JÚNIOR, 2007, p.13)

É também em 1929 que Arendt muda-se para Berlim, onde casa com o filósofo Günther Stern. Ela inicia uma pesquisa sobre o romantismo alemão financiada pela Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft (Sociedade de Emergência para o Aprendizado Alemão). Grande parte desses estudos foi concluída em 1933 e publicada em 1959 com o título *Rahel Varnhagen – história de vida de uma judia alemã da era romântica*.

A partir de 1933, quando da chegada dos nazistas ao poder, Hannah Arendt viveria 18 anos como apátrida, depois de fugir de Berlim, passando por Praga, Gênova, Paris e Portugal, alcançando, por fim, a América. Após ser presa pela Gestapo (polícia secreta oficial da Alemanha nazista), Arendt foge para Paris, onde começa a trabalhar como assistente social para organizações judias. Ela se filia à Organização Mundial Sionista e permanece como membro até 1943. Em 1940, Hannah Arendt casa-se com o professor de filosofia Heinrich Blücher. Após algumas semanas detida em um campo de internação na França, ela, seu marido e sua mãe Martha Arendt, conseguem emigrar para os Estados Unidos.

Na cidade de Nova York, ela começa a escrever colunas políticas para a revista semanal alemã-judia *Aufbau*. Entre os anos 1944 a 1952 Arendt trabalha como coordenadora da Conference on Jewish Relations (Conferência sobre Relações Judaicas); editora chefe da Salman Schocken editora; e como diretora da Organização de Reconstrução Cultural Judaica, entre os anos 1949 e 1950, ela faz seu primeiro retorno à Alemanha. Apesar do seu engajamento em diferentes atividades, somente em

1951, Hannah Arendt consegue tornar-se cidadã americana e encerra um longo período de sua condição como apátrida.

É também o ano do lançamento de *Origens do Totalitarismo*. Arendt estuda as condições em que o totalitarismo do Estado-nação se desenvolveu no século 19 com o surgimento do antissemitismo. A partir do conceito de totalitarismo, ela discute a igualdade estrutural do fascismo e do stalinismo. Este trabalho configura-se como um marco na carreira de Hannah Arendt como importante teórica das ciências sociais e políticas.

Em 1959 recebe o Prêmio Lessing da Cidade Livre de Hamburgo (Alemanha), quando lê o discurso *Sobre a humanidade em tempos sombrios: reflexões sobre Lessing*, texto incluído na obra *Homens em Tempos Sombrios*. Professora visitante em várias universidades como Berkeley, Princeton, Chicago e Harvard, Arendt fez carreira na *New School for Social Research* de Nova York. É autora, entre outros livros, de *A condição humana*, *Entre o passado e o futuro*, *Homens em tempos sombrios*, *Eichmann em Jerusalém*, *Responsabilidade e julgamento*, *Crises da República*, *Compreender* e *Sobre a Revolução*.

1.4 Mary McCarthy

Mary McCarthy não é uma personalidade reconhecida por participar do movimento feminista, mas a seu modo foi uma mulher que fugiu de padrões e viveu com autonomia física e intelectual suficiente para bancar ousados projetos pessoais e profissionais. Numa época em que as mulheres não se separavam de seus maridos por medo de serem condenadas socialmente, ela casou-se quatro vezes. Escreveu livros, publicou artigos e ensaios, deu aulas em universidades e engajou-se politicamente.

Ela é considerada uma das escritoras e pensadoras norte-americanas mais importantes do século XX e atuou como romancista, ensaísta e crítica literária. Prezou a liberdade sobre a escolha dos temas sobre os quais queria escrever, e receber honorários, e passou longe da temática defendida pelo feminismo. Utilizou parte de sua história para compor algumas obras. McCarthy trabalhou como escritora ao longo da vida e viajou em muitos momentos para escrever sobre cidades, arquitetura e guerras.

Nasceu em 21 de junho de 1912, em Seattle; e faleceu em 25 de outubro de 1989, em Nova York. Seus pais eram Roy Winfield e Therese Preston McCarthy, que faleceram vítimas da epidemia de gripe, em 1918. McCarthy e seus três irmãos foram criados por sua tia-avó Margaret Sheridan McCarthy e seu marido, Myers Shriver, em

Minneapolis. Anos depois, McCarthy conta a história de maus-tratos por que passaram na obra *Memórias de uma menina católica* (1957).

Seis anos mais tarde, Mary foi levada de volta para Seattle, onde passou a viver outra vez com seus avós maternos, Harold e Augusta Morganstern Preston, e a aproveitar uma vida confortável. Seus irmãos não tiveram a mesma sorte e foram enviados para um internato. Seus avós Harold, que era um advogado bem-sucedido, e Augusta, desejavam que Mary tivesse uma educação de qualidade. Ela foi matriculada em um convento para receber a educação primária e cursou o ensino médio no Seminário Annie Wright. De lá, ela foi para o Vassar College, onde se graduou em literatura, em 1933. O primeiro livro de McCarthy, um romance, *The Company She Keeps*, foi publicado em 1942.

Após a formatura, McCarthy foi morar em Nova York e se casou com Harold Johnsrud, o primeiro de seus quatro maridos. Eles se divorciaram em 1936 e no início de 1937 ela começou a trabalhar como assistente editorial para a editora Covici-Friede. No mesmo ano, Mary se envolveu com Philip Rahv, uma parceria que reacendeu um jornal literário conhecido como *Partisan Review*, fundado em 1934 por Rahv e William Phillips.

Mary assumiu o conselho editorial junto com Dwight Macdonald, F.W. Dupee, entre outros. Neste período escreveu críticas literárias e publicou resenhas de livros em *The New Republic* e *The Nation*. Por meio de sua associação com a *Partisan Review*, McCarthy conheceu Edmund Wilson, um conhecido crítico literário, com quem se casou em 1938. Com Wilson, Mary teve seu único filho, Reuel Wilson.

McCarthy foi professora por um ano no Bard College em Annandale-on-Hudson, Nova York. Durante esse tempo, conheceu um membro da equipe do *The New Yorker*, Bowden Broadwater, e casaram-se em 1946. Ao lado de Broadwater, escreveu e publicou oito livros entre 1949 e 1961. Ela também publicou vários artigos para periódicos como *Atlantic Monthly*, *The New Yorker* e *Harper's*, bem como *Partisan Review*.

No final dos anos 1950, ela estava na Polônia com o marido Broadwater e o filho Reuel Wilson, quando conheceu o oficial de relações públicas da embaixada dos Estados Unidos, James West. Foi amor à primeira vista e definitivo para ambos, que se divorciaram e se casaram em abril de 1961. Mary McCarthy e James West viveram os anos 1960 e 1970 em Paris.

Mary McCarthy teve uma vida intensa como escritora e ativista. Em viagens a Europa e a Ásia ministrou palestras, escreveu artigos e livros. Seus romances *A charmed life (Uma vida encantada)*, *O grupo* e *Memórias de uma menina católica* têm características autobiográficas. McCarthy lançou mão algumas vezes de conhecidos seus, às vezes desafetos, para transformá-los em personagens de sua literatura.

Recebeu o prêmio literário Horizon (1949) e duas bolsas Guggenheim (1949-50 e 1959-60). A Medalha MacDowell de Literatura e a Medalha Nacional de Literatura foram concedidas a ela em 1984. McCarthy era membro do Instituto Nacional de Artes e Letras, da Academia Americana e do Instituto de Artes e Letras, e da Academia Americana de Roma. Recebeu títulos honorários das faculdades Bard, Bowdoin, Colby e Smith, da Syracuse University e das universidades de Aberdeen, Hull e Maine em Orono. A página da sala de Coleções Especiais da Biblioteca da Universidade Vassar descreve a obra de Mary McCarthy:

A amplitude de sua escrita é ampla, de resenhas de drama à história da arte e da arquitetura, de crítica cultural a análises políticas e observações de viagens. Ela era conhecida por seu intelecto aguçado, sua inteligência e coragem e seu estilo literário que era preciso, mas elegante. De seus leitores e revisores, ela provocou fortes reações que frequentemente eram negativas. Ela era frequentemente referida como a "senhora com uma navalha" Wendy Martin, em *Modern American Women Writers* (1991), disse: "McCarthy foi mais uma sobrevivente do que uma vítima; ela foi inequivocamente uma escritora de alcance extraordinário e uma cidadã do mundo". (https://specialcollections.vassar.edu/collections/manuscripts/findingaids/mccarthy_mary.html)

CAPÍTULO 2 – CARTAS PARA O FUTURO

O livro *Entre Amigas – A correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy 1949 - 1975*, editado por Carol Brightman, foi publicado em 1995 pela editora norte-americana Harcourt Brace & Company. A obra chegou ao Brasil, distribuída pela editora Relume-Dumará, por ocasião da Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em agosto do mesmo ano.

Brightman dividiu o volume de cartas em seis partes. A primeira delas apresenta uma seleção datada de março de 1949 a novembro de 1959. Mary McCarthy foi das poucas pessoas que tiveram o privilégio de ler os originais dos escritos de Arendt, entre artigos, ensaios, reportagens e obras inteiras. O contrário se faz verdadeiro pelo fato de que a escritora alemã também tinha acesso em primeira mão às obras da crítica norte-americana. Em 26 de abril de 1951, Mary McCarthy escreve de Newport, um resort de verão, cidade do estado norte-americano de Rhode Island, localizada na costa leste. Para McCarthy, a obra *Origens do Totalitarismo* (1951) de Hannah Arendt, era “uma obra realmente extraordinária, ao menos uma década à frente do pensamento humano”. E escreve a Hannah Arendt:

Parece-me não só um trabalho extraordinário, uma década, no mínimo dos mínimos, à frente do pensamento humano, mas também cativante e fascinante como um romance: isto é, diz algo novo quase em cada página, algo que não se poderia ter antecipado com base no que veio antes, mas que então se reconhece como inevitável, prenunciado, pela trama de ideias subjacente. (MCCARTHY A ARENDT, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 33)

Mas nem tudo são elogios nesse embate entre as duas missivistas. Arendt, sugere McCarthy, limitou o “elemento fortuito” no totalitarismo. Referia-se à possibilidade de que “certas características tenham sido incorporadas aos [regimes totalitários] simplesmente porque funcionavam”. Arendt parecia pensar que havia “leis de conduta política... às quais os nazistas e Stalin [tinham] acesso especial”, argumenta McCarthy na mesma carta.

Eu faria uma crítica mais geral: sua inferência, por pura exuberância ao explicar o funcionalismo do totalitarismo, de que este é um plano urdido na mente de certos homens deslocados no intuito de privar outros homens de seu senso de realidade, parece-me limitar o elemento fortuito no desenvolvimento desse fenômeno, ou seja, o fato que certas características tenham sido incorporadas a esses movimentos simplesmente porque funcionavam. Em outras palavras, você às vezes sugere que há leis do comando político, comparáveis às leis que regem as questões estéticas, às quais os nazistas e Stalin [tinham] acesso especial, que eles entenderam e interpretaram o

significado de sua época como grandes *maîtres*, isto é, que antes deles existia algo do qual eles são as sombras platônicas ou espectros. Pode muito bem ser verdade; sem dúvida é a impressão que muitas vezes dá; contudo, não é uma verdade demonstrada aqui, no seu texto, pois outras vezes você aparece adotar a visão oposta, quer dizer, que o homem não é intérprete ou *artiste* de um universo racional, mas um criador sem um modelo que lhe possa servir de inspiração. (MCCARTHY A ARENDT, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 34)

O interesse de Hannah Arendt por uma discussão teórica para a política judaica foi o motor que movimentou temas com os quais ela analisou a política de uma forma geral em suas obras *As origens do totalitarismo* (1951), *A condição humana* (1958), *Entre o passado e o futuro* (1961) e *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal* (1963). A ascensão de Hitler fez com que Hannah Arendt, em 1933, vivendo em Berlim, intensificasse seu apoio aos sionistas, relata Young-Bruehl (1997, p. 104), “cujas atividades tornaram-se ainda mais urgentes durante as medidas antijudaicas; ela ofereceu seu apartamento na Opitzstrasse como uma casa segura, uma estação no caminho para fugitivos do regime de Hitler, a maioria comunista”.

Eu cheguei à conclusão que, na época, sempre expressava a mim mesma numa sentença, numa sentença que a esclarecia para mim: ‘Quando uma pessoa é atacada como judia, ela deve defender-se como *judia*’. Não como alemã, não como cidadã do mundo, não como defensora dos direitos do homem. Depois que percebi isso, pretendi filiar-me claramente à causa [judaica] (Da entrevista de 1964 de Arendt com Günther Gaus, “Was bleibt? Es bleibt die Muttersprache”⁷ [O que resta? Resta a língua materna]. (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 110)

A militância, o envolvimento pessoal e o interesse pela pesquisa em torno da causa e política judaicas oferecem subsídios teóricos para a maior parte dos eixos temáticos desenvolvidos por Hannah Arendt ao escrever *Origens do Totalitarismo*. Mas a comprovação do extermínio em massa nas câmaras de gás dos campos de concentração, executado como *solução* final para os judeus, além do regime stalinista na União Soviética, levaram Arendt a uma busca profunda sobre movimentos políticos totalitários.

Seria impossível para Arendt pensar o totalitarismo sem buscar uma análise profunda do seu objeto de estudo. Na avaliação de Lafer (1979, p. 24), “para Hannah Arendt, a gênese do totalitarismo provém, preliminarmente: (i) do antissemitismo moderno, e (ii) do imperialismo”.

⁷ Entrevista com legendas em português disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PG8BYwv9IBQ>

Para Hannah Arendt o antissemitismo moderno, ao contrário do tradicional, caracterizado pela tolerância e de exclusão, é fruto das tensões entre Estado e Sociedade Civil, que surgiram na Europa a partir da Revolução Francesa, com a expansão da igualdade e a extensão da cidadania. Neste processo, os judeus, porque estavam vinculados ao fortalecimento do Estado, absorveram e catalisaram as irritações da Sociedade Civil. (LAFER, 1979, p.24)

Habermas discorre sobre as implicações da formação do Estado nacional para os judeus:

Apenas a partir das revoluções do século XVIII, Estado e nação se fundiram no Estado nacional. [...] À medida que essa ideia se difunde, mostra-se, por outro lado, que o conceito político de nação aristocrática remodelado no conceito de nação entendida como povo tomou emprestada a força para formar estereótipos típica do antigo conceito pré-político de “nação”, usado para designar a ascendência e origem. A autoestilização positiva da própria nação transformava-se agora em um mecanismo que funcionava muito bem para se defender contra tudo que era estranho, para depreciar as outras nações e para excluir as minorias nacionais, étnicas e religiosas – particularmente os judeus. Na Europa o nacionalismo se vinculou ao antissemitismo, com consequências graves. (HABERMAS, 2018, p. 201-202)

No prefácio da primeira edição de *Origens do Totalitarismo*, publicado em 1951, ano em que se torna cidadã americana, e somente neste momento deixa a condição de apátrida, Arendt escreve sobre a ação nefasta desses regimes na Europa no século XX⁸.

A tentativa totalitária da conquista global e do domínio total constituiu a resposta destrutiva encontrada para todos os impasses. Mas a vitória totalitária pode coincidir com a destruição da humanidade, pois, onde quer que tenha imperado, minou a essência do homem. Assim, de nada serve ignorar as forças destrutivas do nosso século. (ARENDR, 2012, p. 13)

O historiador Eric Hobsbawn quando analisa as perdas humanas causadas por guerras de forma geral, volta sua atenção para o impacto da Segunda Grande Guerra e reforça o caráter da indiferença – do que mais tarde Hannah Arendt chamaria de

⁸ Regimes que deixaram marcas e consequências espaciais e temporais até nossos dias, inclusive no Brasil, onde temos uma situação perigosa com a eleição de um presidente que tem como meta destruir todas as políticas públicas e direitos sociais conquistados nos últimos 40 anos. Desde o golpe contra o governo da presidente Dilma Rousseff, em abril de 2016, tem ocorrido uma série de atos autoritários que parte diretamente dos órgãos federais comandados atualmente pelo governo Bolsonaro ou por autoridades de estados ou municípios simpatizantes da linha política presidencial. Há uma aproximação explícita entre poder político e econômico com a supressão de políticas públicas e investimentos em campanhas pela negação da ciência, abandono das universidades públicas, manipulação de informações e divulgação em massa de notícias falsas, destruição de direitos trabalhistas, intervenção militar nos assuntos de segurança pública, destruição de setores da economia, exploração da política pelas igrejas evangélicas e favorecimento de empreendimentos privados.

banalidade do mal – cada vez mais assimilada quando se trata de práticas de violências praticadas contra pessoas por todo o planeta.

A catástrofe humana desencadeada pela Segunda Guerra Mundial é quase certamente a maior na história humana. O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia-a-dia que não mais notamos. (HOBSBAWN, 2001, p. 58)

O pensamento ágil e inquieto de Hannah Arendt mal concluiu *Origens do Totalitarismo*, iniciou a produção do livro *A Vida Activa* [nome dado por Arendt à obra *A condição humana*]. McCarthy foi encarregada de escrever a resenha de *A condição humana* que foi publicada em *The New Yorker*, 18 de outubro de 1958. Enquanto escrevia *A condição humana*, Arendt conta como sofre para finalizar o texto.

A Vida Activa está quase terminada, as últimas páginas ainda por serem escritas, o que odeio e tento não fazer enquanto posso. Assim, divirto-me com notas de rodapé. Tenho trabalhado um pouco demais e preciso de férias. Tenho recebido mais visitas que de costume, e com prazer. Elizabeth Bishop⁹ veio com a amiga brasileira, que é uma mulher extraordinária que você provavelmente conhece. Se não, não deixe de conhecer. É divertidíssima e sabe contar muitos casos. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHMAN, 1995, p. 73-74)

Segundo Correia (2007, p.38), há uma ligação entre as obras *Origens do Totalitarismo* e *A condição humana* determinada pela “constatação de que o enfraquecimento, o desaparecimento ou a perda de especificidade do espaço público redundam em uma fragilização do domínio político”. Isso se dá em consequência dos “constantes ataques que lhe são desferidos movidos pelo interesse por usurpá-lo ou por provocar o seu esfacelamento”.

Em 1958, Hannah Arendt publica a obra *A condição humana* sobre a singularidade dos homens e as três atividades da *vida activa*: o *labor*, o *trabalho* e a *ação*. Arendt demonstrava profunda preocupação com a questão da degradação do meio ambiente, com o desenvolvimento da tecnologia e os processos de artificialização da vida e a automação dos processos de produção tirando dos homens os locais de trabalho. Este cenário alcançou os nossos dias. Todas as discussões, acordos e tentativas internacionais para conter esses problemas, não foram suficientes, e estamos à volta

⁹ Elizabeth Bishop (1911-1979) foi uma notável escritora e poeta norte-americana. Bishop e Mary McCarthy estudaram na universidade Vassar. Sua amante brasileira, com quem viveu em Ouro Preto nas décadas de 1950 e 1960, era Lota de Macedo Soares (1910-1967), arquiteta-urbanista e paisagista, que supervisionou a construção do Parque do Flamengo, o maior aterro urbano do mundo, no Rio de Janeiro.

com questões ainda mais graves já que a população mundial sofreu considerável aumento.

Essas inquietações são o portal para um panorama de temas que abordam a liberdade, a relação dos homens com esferas pública e privada, o trabalho, a produção, consumo, a ciência, o poder de perdoar, entre outros. Arendt utiliza a expressão *vida activa* para designar três atividades humanas essenciais:

labor, trabalho e ação. “O *labor* é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano. [...] A condição humana do *labor* é a própria vida. O *trabalho* é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. [...] O *trabalho* produz um mundo “artificial” de coisas nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. [...] A condição humana do *trabalho* é a mundanidade. A *ação*, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. (ARENDR, 2000, p.15)

As três atividades e suas respectivas condições têm íntima relação com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade. O *labor* assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O *trabalho* e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A *ação*, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história. (ARENDR, 2000, p.16-17)

Arendt constrói em *A condição humana* uma análise das “capacidades humanas gerais decorrentes da condição humana, e que são permanentes, isto é, que não podem ser irremediavelmente perdidas enquanto não mude a própria condição humana”, (Arendt, 2000, p.14). Outro objetivo de sua pesquisa e escrita refere-se à finalidade da análise histórica. Arendt segue na busca das

origens da alienação no mundo moderno, o seu duplo voo da Terra para o universo e do mundo para dentro do homem, a fim de que possamos chegar a uma compreensão da natureza da sociedade, tal como esta evoluíra e se apresentava no instante em que foi suplantada pelo advento de uma era nova e desconhecida. (ARENDR, 2000, p. 14)

Na análise de Young-Bruehl (1997, p. 288), “*A condição humana* não é uma história de atividades humanas, mas um relato histórico dos elementos que formaram a *vita activa*”. Para os gregos, o mais importante era a *vida activa* no contexto da “vida política – a vida da ação”. “O *labor* e *trabalho* eram atividades ligadas à necessidade, ao

preenchimento das necessidades materiais humanas, enquanto a *ação* ou *práxis* estabelecia e sustentava a *polis*”, Young-Bruehl (1997, p. 288).

2.1 Polêmica em torno de *Reflexões sobre Little Rock*

Em 28 de junho de 1959, Mary McCarthy comenta uma crítica de Lincoln Reis ao livro *A condição humana* publicada em *Commentary*¹⁰ em junho de 1959. Reis ensinou no Bard e inspirou o personagem caricato Professor Mulcahy de seu livro *The Groves of Academe* (1952). McCarthy reage com fúria:

não acho que aquele homem tenha alguma convicção política, direita, esquerda ou centro. Na verdade, ele não tem visão de nenhum tipo, salvo, sempre, um objetivo-em-vista. [...] Alguém certamente encomendou aquela resenha, assim como se encomenda um assassinato a um gângster. Costumava haver uma espécie de ética quanto a não atacar pela imprensa pessoas com que se havia brigado pessoalmente – uma ideia liberal de evitar até a *aparência* tendenciosa numa resenha. (Não quero dizer que Lincoln Reis havia brigado com você pessoalmente, estou falando de *Commentary*). (MCCARTHY A ARENDT, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 78)

Arendt não dá importância à crítica, mas não deixa de oferecer uma resposta a sua interlocutora. Nas férias de julho de 1959, Arendt escreve da casa de veraneio de Pallenville:

Sabe como é, *Commentary* – não tinha a mínima ideia de quem era o cavalheiro (seu nome me escapa de novo), mas pude entender como Martin [Greenberg] deve ter ficado contente ao finalmente conseguir o que queria. No entanto, o tom de ódio verdadeiro me surpreendeu. A razão agora está clara. Obviamente, os irmãos Greenberg [Clement também] nos identificam uma à outra e pregam o evangelho. Poderiam fazer coisas bem piores [...] (ARENDT A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 79)

Quanto a ser atacada pela imprensa de modo tendencioso, Mary McCarthy refere-se a um desentendimento entre a revista *Commentary* e Hannah Arendt. Em 1957, *Commentary* pede que Arendt escreva um artigo sobre a recém-aprovada legislação norte-americana de direitos civis. Segundo Brightman (1995, p.79) os editores não aprovaram “as conclusões da autora (que se opôs à ideia de fazer com que as crianças e as escolas suportassem o fardo da integração forçada)”. A revista exigiu uma réplica, de Sidney Hook, escritor e teórico, presidente do Comitê Americano para a

¹⁰ *Commentary* revista com proposta editorial ligada a setores da direita. Foi fundada em 1945, editada por Eliot Cohen até seu suicídio em 1959 e depois por Norman Podhoretz.

Liberdade Cultural, ativista contra o comunismo. Mas o artigo em questão gerou muitas outras divergências.

Segundo Young-Bruehl (1997, p. 278) “a primeira experiência de Hannah Arendt com uma controvérsia pública aconteceu com seu artigo sobre a integração racial, *Reflexões sobre Little Rock*”. No sul dos Estados Unidos no período de 1876 a 1965 a Lei Jim Crow¹¹ decretava a segregação em locais públicos. Pessoas negras não podiam comprar casas em regiões habitadas por brancos ou frequentar os mesmos restaurantes que recebiam clientela branca. Em 1954 a Corte Suprema norte-americana declarou como ilegal a segregação entre brancos e negros em geral e não apenas nas escolas. Os estados do sul reagiram energicamente contra integração. Koshiba (2000, p.452), “o caso mais grave ocorreu em 1957, no estado de Arkansas, onde o próprio governador mobilizou a guarda nacional para impedir o acesso de nove crianças negras a uma escola da cidade de Little Rock”. O presidente Eisenhower “viu-se na obrigação de fazer valer a decisão da Corte Suprema e, para esse fim, não teve outra alternativa, senão enviar tropas federais para garantir o direito das crianças”, Koshiba (2000, p. 452).

Em *Reflections on Little Rock*, Arendt se dirigiu aos leitores e aos estudantes negros odiados pelos brancos sulistas com uma mensagem que advertia sobre o conteúdo do artigo que escrevera:

Como a maioria das pessoas de origem europeia, tenho dificuldade em compreender, quanto mais compartilhar os preconceitos comuns de Americanos nesta área. Visto que o que escrevi pode chocar pessoas boas e ser mal utilizado por pessoas más, gostaria de deixar isso claro que, como judia, considero natural minha simpatia pela causa dos negros como por todos os oprimidos ou por pessoas menos favorecidas e agradeceria se o leitor fizesse o mesmo. (ARENDR, 1959, p.46)

Hannah reafirma sua origem judia para declarar-se como simpatizante inquestionável da causa do movimento antirracismo. Sua inquietação ultrapassou a defesa dos negros diante da violência do preconceito racial pelos brancos. Segundo Young-Bruehl (1997, p. 279-280), Arendt reprovou moralmente “pais negros que

¹¹ O termo *Jim Crow* provavelmente é originado de shows de grupos de artistas americanos que surgiram no início dos anos 1800. Homens brancos pintavam o rosto de preto e faziam piadas sobre americanos de origem africana. *Jim Crow* era o nome do personagem que atuava nos esquetes. (MCDONOUGH, 2010, p. 12)

permitted that their children carry the burden of a racial struggle". We present here some points of the polemical article *Reflections on Little Rock*.¹²

Para Young-Bruehl (1997, p. 279):

Nesse artigo ela distinguia rapidamente três 'espaços' para a atividade humana – o privado, o social e o político – e indicava que significado a discriminação racial tinha em cada um. Arendt lembrava aos seus leitores 'que não é o costume social da segregação que é inconstitucional, mas a sua *aplicação legal*'. Na sociedade, argumentava, a discriminação não deveria ser atingida pela lei. A igualdade social não pode ser imposta; a igualdade 'tem sua origem no corpo político' e pode ser legalmente imposta apenas ali. (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 279)

O artigo permaneceu inédito até 1959, quando Arendt autorizou a publicação de *Reflections on Little Rock* na revista *Dissent*¹³ com um prefácio onde explicava a causa do adiamento da publicação devido "à natureza controversa de minhas reflexões que, obviamente, estavam em desacordo com a posição da revista sobre questões de discriminação e segregação" (Arendt, 1959, p.45). A publicação ocorreu um ano após a primeira redação do artigo, tempo que Arendt ganhou para expor logo no prefácio a contenda com Sidney Hook.

Arendt aponta um fato a que ela atentara. Refere-se ao que disse sobre a legislação vigente referente ao matrimônio em 29 dos 49 estados [norte-americanos]: "as leis do casamento constituem uma violação muito mais flagrante da letra e do

¹² "Certamente não era preciso muita imaginação para ver que isso sobrecarregava as crianças, negras e brancas, com a elaboração de um problema que os adultos, por gerações, se confessaram incapazes de resolver. Chegamos agora ao ponto em que são as crianças que estão sendo solicitadas a mudar ou melhorar o mundo? E pretendemos travar nossas batalhas políticas no pátio da escola? (ARENDR, 1959, p.50)

Forçar os pais a enviarem seus filhos para uma escola integrada contra sua vontade significa privá-los de direitos que claramente pertencem a eles em todas as sociedades livres - o direito privado sobre seus filhos e o direito social à livre associação. Quanto aos filhos, integração forçada significa um conflito muito sério entre casa e escola, entre sua vida privada e social, e embora tais conflitos sejam comuns na vida adulta, não se pode esperar que as crianças lidem com eles e, portanto, não devem ser expostos a eles. (ARENDR, 1959, p. 55)

O conflito entre um lar segregado e uma escola dessegregada, entre o preconceito contra famílias e exigências da escola, abole de uma só vez a autoridade dos professores e dos pais, substituindo-a pela regra da opinião pública entre as crianças que não têm capacidade nem o direito de formar uma opinião pública própria. Como os diversos fatores envolvidos na educação pública podem rapidamente ser colocados em ação com objetivos diferentes, a intervenção governamental, mesmo em sua melhor forma, sempre será bastante controversa. Portanto, parece altamente questionável se seria sensato começar a aplicação dos direitos civis em um domínio onde nenhum direito humano básico e nenhum direito político básico está em jogo, e onde outros direitos - sociais e privados - cuja proteção não é menos vital, podem ser facilmente feridos." (ARENDR, 1959, p.56)

¹³ *Dissent* revista lançada por Irving Howe e Lewis Coser, em 1950, com linha editorial esquerdista.

espírito da Constituição do que a segregação das escolas” (Arendt, 1959, p.45). Hook a contestou alegando que “os negros estavam ‘profundamente desinteressados’ nessas leis; aos seus olhos, ‘a proibição discriminatória contra casamentos e miscigenação é a última da ordem das prioridades’” (Arendt, 1959, p.45).

Como era de se esperar, Arendt não concordava com seu opositor e acreditava que havia interesse por casamentos inter-raciais e a miscigenação especialmente naqueles casos referentes “aos estratos educados na população negra, mas é claro que a opinião pública negra e as políticas da NAACP¹⁴ estão quase exclusivamente preocupadas com a discriminação no emprego, moradia e educação” (Arendt, 1959, p.45-46).

Arendt continua em sua crítica afirmando que as minorias oprimidas não costumam definir prioridades sobre tais questões. Em sua leitura, muitos afro-americanos priorizavam em primeiro lugar, a luta “pela oportunidade social do que pelos direitos humanos ou políticos básicos” (Arendt, 1959, p. 46). Arendt insistia em que a ordem das prioridades quando se tratava de direitos humanos deveria ser determinada pela Constituição, “e não pela opinião pública ou por maiorias” (Arendt, 1959, p. 46).

Para Young-Bruehl (1997, p. 281) “Arendt via nas lutas do povo negro pela integração todos os dilemas da assimilação judaica”. Arendt acreditava que os negros pudessem conquistar espaço na política como estratégia de conquista de direitos civis em oposição aos privilégios dos brancos, e que isso seria melhor que uma ação social.

Segundo Briskievicz,

para Arendt, tanto a questão judaica na Europa quanto a questão negra norte-americana foram e são uma questão política, e não somente social. Por isso, a compreensão do antissemitismo europeu interferiu diretamente na compreensão arendtiana de Little Rock, uma vez que o assimilacionismo judaico é bastante semelhante ao caso, por seu aspecto de violência contra a condição racial de um grupo social. (BRISKIEVICZ, 2019, p.13)

O problema que surge com a decisão da Suprema Corte de dessegregar a escola de Little Rock é o que diz respeito a aceitar ou não o papel social da escola. E se a escola deve assumir ou não o protagonismo na luta racial. Para Arendt, a intervenção do governo é imprópria, uma vez que a integração racial das escolas deve vir depois

¹⁴ NAACP – National Association for the Advancement of Colored People – criada em 12 de fevereiro de 1909, é a mais antiga associação americana de defesa dos direitos humanos. Dentre seus fundadores encontra-se o historiador W.E.B. Du Bois, autor de *As almas da gente negra*, obra clássica da literatura afroestadunidense de 1903.

da integração racial através da legislação, da mudança constitucional. Arendt não acredita que a educação constitua um recurso público para ampliar a dessegregação. A posição arendtiana é da verticalidade política em relação à escola e à dessegregação, ou seja, da norma constitucional para o mundo concreto. Por isso sua crítica às leis locais, horizontais. (BRISKIEVICZ, 2019, p.14-15)

Hannah Arendt observou que o princípio da igualdade entre os homens originado na Revolução Francesa de 1789 e que culminou com a criação do conceito de Estado-nação na Europa, significava “a destruição da antiga autonomia comunitária judaica e a consciente preservação dos judeus como grupo separado da sociedade” (Arendt, 2012, p. 37):

A emancipação dos judeus, como lhes foi concedida pelo sistema de Estados nacionais na Europa durante o século XIX, tinha dupla origem e o significado ambíguo. Por um lado, ela decorria da estrutura política e jurídica de um sistema renovado, que só podia funcionar nas condições de igualdade política e legal, a ponto de os governos, para seu próprio bem precisarem aplainar as desigualdades da velha ordem do modo mais complexo e mais rápido possível. Por outro lado, a emancipação resultava claramente da gradual extensão de privilégios – originalmente concedidos a apenas alguns indivíduos e, depois, a pequenas camadas de judeus ricos – e que passaram a ser outorgados a todos os judeus da Europa central e ocidental, para que atendessem às crescentes exigências dos negócios estatais, a que os limitados grupúsculos de judeus ricos não conseguiam mais fazer sozinhos. Assim, a emancipação significava ao mesmo tempo, igualdade e privilégios: a destruição da antiga autonomia comunitária judaica e a consciente preservação dos judeus como grupo separado na sociedade; a abolição de restrições e direitos especiais e a extensão desses direitos a um grupo cada vez maior de indivíduos. (ARENDR, 2012, p. 37-38)

2.2 Arendt e a publicação de *Eichmann em Jerusalém*

Na carta de 20 de junho de 1960, Hannah Arendt anuncia o fim da tradução de *A condição humana* para o idioma alemão. Aqui começam suas primeiras manifestações a respeito de ir a Jerusalém para fazer a cobertura jornalística do julgamento de Adolf Eichmann¹⁵. Nesta carta, Arendt o descreve como “um dos mais inteligentes do bando”: “estou meio que brincando com a ideia de conseguir que alguma revista me mande cobrir o julgamento de Eichmann. Muito tentada. Ele era um dos mais

¹⁵ Otto Adolf Eichmann era chefe da Seção de Assuntos judeus no Departamento de Segurança de Hitler durante a Segunda Guerra Mundial. É atribuída a ele, a deportação de milhares de judeus para os campos de concentração nazistas. Com o fim da guerra, ele fugiu para Buenos Aires de onde foi capturado por agentes do serviço secreto de Israel (Mossad) e levado para ser julgado em Jerusalém, em abril de 1961. Eichmann foi acusado por crimes contra o povo judeu. (Ver o filme Operação Final, 2018, direção de Chris Weitz, disponível na NETFLIX).

inteligentes do bando. Poderia ser interessante – além de horrível” (Brightman, 1995, p. 100).

A revista *The New Yorker* com o aval do diretor Willian Shawn enviou Hannah Arendt a Jerusalém para cobrir o julgamento de Eichmann. Após a publicação na revista seus artigos foram compilados no livro *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*, que é considerada a obra mais polêmica de Arendt. A que lhe causou mais críticas, rompimentos e dissabores.

O julgamento de Eichmann começou no dia 11 de abril de 1961 e é considerado o segundo maior julgamento de oficiais nazistas depois do Tribunal de Nuremberg, que se deu logo após o término da guerra. O inquérito para a condenação de Eichmann apresentou depoimentos de mais de 100 testemunhas, em duas mil provas e 3.500 páginas de documentos da polícia de Israel.

No início de abril de 1961, Hannah Arendt preparava-se para cobrir o julgamento de Eichmann em Jerusalém. Sua resposta a várias cartas de McCarthy é enviada de Nova York no dia 5.

Escreverei de Jerusalém. Estarei lá no domingo e devo ficar no Hotel Moriyah, King George-street. Mary, eu teria adorado estar em Paris para o casamento, e passei um bom tempo brincando com a ideia de chegar mais tarde a Israel. Mas não faz sentido. Já que vou, tenho de estar lá para o começo. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995 p. 128)

De fato, Hannah Arendt foi a Jerusalém e voltou com farto material sobre o julgamento de Adolf Eichmann, mas ela não conseguiu se debruçar sobre os textos que redigiu, devido a contratempos, além do fato de que voltou à sala de aula na Universidade Wesleyan. No final de outubro de 1961, seu marido, Heinrich Blücher, foi acometido de um aneurisma cerebral. Depois foi a vez de Arendt adoecer de gripe e complicações nas vias respiratórias. Nem bem havia se recuperado, sofreu um grave acidente de carro no Central Park em Nova York. Um caminhão colidiu com o táxi em que ela estava, o que lhe deixou hospitalizada por quase dois meses com fraturas, concussão, muitos ferimentos e hemorragia nos olhos. Esta série de infortúnios adiou seu trabalho de edição do livro *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*.

Em 4 de abril de 1962, Hannah escreve a Mary e fala sobre o acidente no táxi. Sua maior preocupação naquele terrível momento, depois de um exame tátil nos

membros e nos olhos, foi testar a memória. Sua cabeça ainda estava funcionando? Suas lembranças estavam ali, armazenadas?

Até agora tenho mantido o moral altíssimo, apenas feliz simplesmente por estar viva. Começou quando acordei no carro e tomei consciência do que acontecera. Apalpei minhas pernas e braços, vi que não estava paralisada e enxergava com ambos os olhos; então experimentei minha memória – muito minuciosamente, década por década, poesia, grego, alemão e inglês, depois números de telefone. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 137)

A partir de maio, exatamente um ano após sua viagem a Israel, Hannah Arendt se volta para os escritos sobre o julgamento de Eichmann e em sucessivas cartas discorre sobre o assunto:

Estou em meio a Eichmann e desesperada porque não consigo ser breve como queria. Estou nadando numa enorme quantidade de material, sempre tentando encontrar a citação mais eloquente, e terei de escrever um segundo rascunho (algo que costumo odiar, mas não há outro modo, por causa da tamanha quantidade de documentos). Provavelmente levarei o verão inteiro para realmente terminar, mas *au fond* não me importa. Ao contrário, de certo modo gosto de manusear fatos e coisas concretas. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 141)

Ainda em Eichmann, estou com parte do retrato quase terminada – ou assim espero. É muito mais longa do que eu pensava, cerca de 80 páginas agora. Se eu tiver sorte, não [terá] mais de 160 páginas. Mesmo assim, estou contente por tê-lo feito, apesar da trabalhadeira espantosa. Meu quarto parece um campo de batalha com os papéis e as folhas mimeografadas da transcrição do julgamento espalhados por toda parte. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 144)

Mary McCarthy escreve em 1º de junho de 1962 sobre o enforcamento de Eichmann. O sentimento da escritora era de frustração e ela acredita que a decisão de Israel, de certa forma, se assemelhava à história do nazismo em relação à vida humana.

Enforcaram Eichmann ontem: minha reação foi curiosa, de desdém, “Bem, mais uma vida – que diferença faz?” Não pode ser a reação que os israelenses desejam, mas, fora exultar com a morte dele, por um lado, ou se aborrecer, por outro, o que mais pode sentir a pessoa comum? Aí é que está o problema. Executar um homem e despertar uma reação de indiferença é aproximar demais as pessoas da maneira como os nazistas encaravam a vida humana – “Lá se vai mais uma.” (MCCARTHY A ARENDR, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 143)

Ao que Arendt responde em 7 de junho de 1962:

Estou satisfeita por terem enforcado Eichmann. Não que faça diferença. Mas acho que eles teriam feito um papel profundamente ridículo se não tivessem levado a coisa até seu desfecho lógico. Sei que estou em minoria quanto a este sentimento. Um rabino reformista veio a público pedir clemência e criticou a execução israelense por ser ‘sem imaginação’! Não é maravilhoso! E os outros apelos no sentido de que Israel devia atingir ‘alturas divinas’ também foram muitíssimos contrários ao meu gosto. O promotor Gideon Hausner foi recebido por Kennedy, que lhe disse que ele havia feito “um ótimo trabalho”. Mesmo se fosse verdade, [o que] Deus sabe que não é, seria uma forma escandalosa de dizer”. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 145)

No final de outubro de 1962, Arendt está dando aulas na Wesleyan University – Center for Advanced Studies, em Middletown (Connecticut), e de lá informa a Mary McCarthy sobre seus planos para o próximo ano. Arendt pretende ficar na Europa de fevereiro a junho e vai aproveitar essa estada para rever seu professor Karl Jaspers na Basileia (Suíça), que fará 80 anos. Ela também fala sobre suas futuras publicações, a obra *Sobre a Revolução* e, finalmente, Arendt começaria em janeiro de 1963 a publicar na revista *The New Yorker*, uma série de cinco artigos, o material escrito sobre o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, que seria publicado também em forma de livro.

Carol Brightman descreve a reação do público e a situação que Hannah Arendt começa a enfrentar após a publicação de *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*:

Após a edição do livro, ela se viu no centro de uma controvérsia tempestuosa a respeito de questões que apenas havia tocado no texto que se baseava na transcrição do julgamento e não era uma investigação sobre o massacre de judeus europeus. Destacava-se entre essas questões a conduta dos Conselhos Judaicos que, nos primeiros anos da guerra, haviam-se submetido à exigência nazista de fazer um inventário de suas comunidades, facilitando assim sua posterior remoção. Na verdade, a controvérsia em torno dessa obediência inicial há muito permanecia como um conflito latente sempre prestes a aflorar no debate sobre a história da “solução final”. *Eichmann em Jerusalém*, com seus breves, porém marcantes testemunhos de colaboração, parecia questionar a honra da liderança judaica. Não era sua intenção, afirmou Arendt em suas cartas a McCarthy e também publicamente, em entrevistas ocasionais ou cartas ao editor. Seus numerosos críticos, insistia ela, haviam substituído as verdades mais limitadas, porém desagradáveis, que Arendt tinha a dizer por uma ‘imagem’ absurda do que estaria dizendo. Com a polêmica sobre Eichmann, Arendt se expôs aos riscos da vida pública, da qual esquivou-se, presa de puro horror, com seu humor habitual. Sua

gratidão a McCarthy pelo apoio irrestrito que dela recebeu, bem como sua própria solidariedade pelos problemas que Mary teve com os críticos por ocasião de *O grupo* foram profundas. (BRIGHTMAN, 1995, p. 151-152)

Eichmann em Jerusalém foi o livro mais polêmico de Hannah Arendt e ela teve de conviver por muitos anos com críticas e ofensas. Foi acusada de ser anti-Israel, antissionista, que não se aceitava como judia, entre tantos ataques. Como conta sua biógrafa, Elizabeth Young-Bruehl:

Muitos dos que leram sua série de cinco artigos no *New Yorker* – e muitos mais que ouviram a respeito – concluíram que Hannah Arendt não tinha alma, ou que carecia do que Gershom Scholem¹⁶ chamava *Herzenstakt*, simpatia. Eles achavam que Arendt não tinha nenhum envolvimento emocional com o destino do seu povo. Ela, por outro lado, pensava que finalmente se curara do tipo de envolvimento emocional que impede um bom julgamento. Profundas diferenças de opinião sobre a natureza do bom julgamento surgiram nas muitas facetas da “controvérsia Eichmann”. Mas eram focalizadas em três tópicos principais: o retrato feito por Arendt de um Adolf Eichmann banal; seus comentários, tecidos através de *Eichmann em Jerusalém*, mas concentrados em apenas dez de suas cerca de trezentas páginas, sobre os conselhos judaicos europeus e seu papel na solução final dos nazistas; e suas discussões, particularmente no primeiro e último capítulos do livro, sobre a condução do julgamento, das questões legais levantadas e dos propósitos políticos a que serviu. No decorrer da controvérsia, cada um desses tópicos foi acompanhado por um *Doppelgänger* [sósia, equivalente] carregado de emoção. Ao lado do retrato de um Eichmann banal feito por Arendt, vinha o retrato de alguém denominado – no título de uma resenha incendiária do *New York Times* – “homem com uma consciência imaculada”. (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 302)

Na edição de março-abril de 1963, a *Partisan Review* publicou o artigo *The Aesthetics of Evil: Hannah Arendt on Eichmann and the Jews* assinado por Lionel Abel acusa Arendt de ter tornado Eichmann esteticamente palatável, e os judeus, esteticamente repugnantes. Na carta de 16 de setembro de 1963, Arendt diz que redigiu uma série de 13 tópicos contra o artigo de Abel, e afirma que não vai responder, pois “trata-se de um artigo que faz parte da campanha política, não é crítica e realmente não diz respeito ao meu livro”.

Você provavelmente sabe que a PR também se voltou contra mim de forma totalmente perversa (Lionel Abel que, de qualquer modo, espalha na cidade inteiras calúnias contra mim e Heinrich), e, de

¹⁶ Gerhard (Gershom) Scholem, professor de história da religião na Universidade Hebraica, era amigo de Hannah Arendt.

maneira geral, pode-se dizer que a caterva¹⁷ – intelectual e outra – foi mobilizada com sucesso. Acabo de ficar sabendo que a Liga Antidifamação¹⁸ enviou uma circular a todos os rabinos para que preguem contra mim no Dia de Ano-Novo. Bem, suponho que isto não me perturbaria além da conta se todo o resto estivesse bem. Mas, preocupada como estou, não posso mais confiar em que vou manter a cabeça no lugar e não explodir. Como é arriscado dizer a verdade em termos factuais sem ornamentos teóricos e acadêmicos. Deste lado da coisa, admito, eu gosto sim; ensinou-me umas quantas lições sobre a verdade e a política. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 152)

Em 19 de maio de 1963, o juiz Michael Musmanno, publicou uma resenha sobre o livro *Eichmann em Jerusalém* no suplemento *The New York Times Book Review*. O texto acusava Hannah Arendt de defender a Gestapo e de caluniar as vítimas judias.

Como a resenha de Musmanno, é sobre um livro que nunca foi escrito. O que o pessoal da campanha política está tentando é criar uma ‘imagem’ que vai acabar encobrindo o verdadeiro livro. Não posso fazer nada contra isto, não só pelas razões que você menciona, mas porque um indivíduo é impotente por definição e o poder dos fabricantes de imagem é considerável – dinheiro, pessoal, tempo, conexões, etc. minha posição é que escrevi uma reportagem e que não estou na política, nem judaica nem outra”. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 153)

O artigo de Lionel Abel causou o rompimento de Arendt com o pessoal da *Partisan Review*. Na mesma carta, ela justificou a cisma não pelo conteúdo da resenha, mas por causa do autor. Ela diz que era do conhecimento dos editores que Abel já escrevera uma crítica negativa sobre trabalho dela. Daquela vez o ataque foi contra a obra *Entre o Passado e o futuro*. Para Arendt, este fato demonstrou desrespeito para consigo e seu trabalho.

Apenas quatro dias depois, em 20 de setembro de 1963, Hannah Arendt escreve mais uma carta de seu apartamento em Nova York, em que o livro *Eichmann em Jerusalém* continua a ser o assunto principal.

Você diz que as pessoas hesitam em reivindicar o direito de definir minhas ideias. Do meu ponto de vista, não há ‘ideias’ neste *Report*

¹⁷ O termo *caterva* era utilizado na Alemanha, durante a República de Weimar, para denominar “pessoas influentes, inclusive intelectuais, especializadas em campanhas de difamação contra dissidentes políticos ou culturais, presumivelmente ajudando a ascensão do fascismo” (Brightman, 1995, p. 158).

¹⁸ A Liga Antidifamação (LAD) da organização judaica B’nai B’rith enviou aos escritórios regionais, comissões e comitês nacionais conclamando a denunciar a descrição feita por Hannah da “participação dos judeus no holocausto nazista”.

[narrativa], só há fatos com umas poucas conclusões, e estas conclusões normalmente figuram no final de cada capítulo. A única exceção a esta norma é o Epílogo, que é uma discussão do aspecto jurídico do caso. Em outras palavras, o que quero dizer é que toda fúria se refere a *fatos*, nem a teorias nem a ideias. A hostilidade contra mim é uma hostilidade contra alguém que diz a verdade em termos factuais, e não contra alguém que tem ideias que estão em conflito com as que costumam ser definidas”. (ARENDRT A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 154)

Mary McCarthy está na Itália e sofre por todos os ataques dirigidos a Hannah Arendt. Como conta na carta de 24 de setembro de 1963: “Quero ajudá-la de algum modo, e não simplesmente ouvindo. O que se pode fazer a respeito do assunto Eichmann, que está assumindo as proporções de um *pogrom*¹⁹?” (p. 155). A ajuda veio por meio de uma réplica de doze páginas à resenha de Lionel Abel intitulada *The Hue and Cry*²⁰ [protesto em alta voz], publicada em janeiro-fevereiro de 1964, na *Partisan Review*.

Brightman cita a diligência de Mary McCarthy em defender publicamente Hannah Arendt. E lembra a discussão delicada e necessária sobre a obrigatoriedade de se responder pela colaboração com o regime nazista. Tema exposto em muitos estudos ao longo dos anos pós-final da Segunda Guerra Mundial.

McCarthy correu em sua defesa na *Partisan Review*; um pequeno número de outros amigos, em sua maioria não judeus, também a defendeu em outros periódicos e em conversas. Coube a jovens radicais como Norman Fruchter, escrevendo em *Studies on the Left* em 1964, aquilatar o grande significado do trabalho de Arendt para a “identidade judaica”. No relato de Arendt acerca do papel dos Conselhos Judaicos na cooperação com o trabalho de Eichmann – talvez a parte mais polêmica do livro –, Fruchter viu uma libertação do “mito da vítima, pelo qual os judeus tendem a substituir sua história”. Além disto, a culpabilidade da burocracia provava que era preciso chegar a uma nova compreensão da “responsabilidade do cidadão, necessária em todo Estado moderno, para evitar o ressurgimento do movimento totalitário que assolou a Alemanha”. (Brightman, 1995, p. 22-23)

Brightman vai mais longe quando estabelece um paralelo entre o regime nazista e o ataque dos Estados Unidos, exemplo de “democracia” para o mundo, contra o Vietnã.

O perfil que Hannah Arendt traçou de Eichmann viria a ser imensamente útil aos pacifistas da década de 60, que se viram confrontados a outro paradoxo histórico: um governo liberal que desencadeava uma intervenção sanguinária num minúsculo país

¹⁹ Agressões e assassinatos cometidos contra uma comunidade étnica ou religiosa.

²⁰ Disponível em: <http://www.bu.edu/partisanreview/books/PR1964V31N1/HTML/files/assets/basic-html/index.html#82>

atrasado em nome da nação. Quer os radicais da era Vietnã tenham ou não lido Arendt, e a maioria não leu, as ideias que ela lançou em *Eichmann em Jerusalém* deram forma a uma percepção dos “homens que agora manejam a guerra”, como disse Carl Oglesby²¹ em 1965, durante a primeira grande manifestação contra a guerra em Washington. Eram os homens “que estudam os mapas, dão as ordens, apertam os botões e contam os mortos: Bundy, McNamara, Rusk, Lodge, Goldberg, o próprio presidente. “Todos eles são homens honrados. Todos eles são liberais.” (Brightman, 1995, p. 23)

O interesse absorvente de Hannah pela incapacidade que tinha Eichmann, dominado pelos clichês, de pensar do ponto de vista de qualquer outra pessoa que não o seu próprio não era uma investigação ociosa, mas um clamor ao futuro, para que aprendesse com o passado. Estava fascinada e horrorizada com a possibilidade de se cometer maldades em tamanha escala não apenas sem “intenção” (em sentido legal), mas também sem consciência. Pode ser mais fácil atribuir esses crimes a um “coração ruim”; e o público, especialmente o norte-americano, costuma ficar satisfeito quando atribui uma iniquidade oficial a uma cadeia invisível de comando ou, como no Vietnã, a um “erro”. (Brightman, 1995, p. 23)

Apesar das constantes críticas, Hannah Arendt prefere não responder a seus detratores. Na carta de 3 de outubro de 1963, enviada de Chicago, onde trabalhava, na universidade, Hannah Arendt, faz um relato do que pensa e como se sente:

Estou convencida de que não devo responder individualmente a nenhum crítico. Provavelmente acabarei elaborando não uma resposta, mas uma espécie de avaliação de todo esse negócio estranho. Acho que será depois de a fúria ter-se esgotado, e creio que a próxima primavera será um bom momento. Também pensei em escrever um ensaio sobre ‘verdade e política’²², que seria uma resposta implícita. Se estivesse aqui, você entenderia que todo esse assunto, com poucas exceções, não têm absolutamente nada a ver com crítica ou polêmica no sentido normal da palavra. É uma campanha política, guiada e orientada em todos os detalhes por grupos de interesse e repartições públicas. Seria tolo de minha parte, mas não da parte de outros, ignorar este fato. A crítica é dirigida a uma ‘imagem’ e o livro que escrevi foi substituído por essa imagem”. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 157)

Meu livro é uma reportagem e, portanto, deixa fora do relato todas as perguntas sobre por que as coisas aconteceram como aconteceram. Descrevo o papel dos conselhos judaicos. Não foi a minha intenção nem minha tarefa explicar todo esse assunto – nem em referência à história judaica nem em referência à sociedade moderna em geral. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 158)

²¹ Carl Preston Oglesby (1935-2011), de origem norte-americana, foi escritor, acadêmico e ativista. Foi presidente da organização estudantil esquerdista Students for a Democratic Society de 1965 a 1966.

²² Truth and Politics [Verdade e Política] foi publicado em *The New Yorker*, 25 de fevereiro de 1967, e reimpresso na edição de 1968 de *Entre o passado e o futuro*.

Minha ‘noção básica’ do caráter comum de Eichmann é muito menos uma noção que uma descrição fiel de um fenômeno. Tenho certeza de que se podem tirar muitas conclusões desse fenômeno, e a mais geral que tire é indicada: ‘banalidade do mal’. Em algum momento posso querer escrever sobre isto, e então escreveria sobre a natureza do mal, mas teria sido totalmente errado de minha parte fazê-lo no contexto da reportagem. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 158)

Críticas e ataques não eram comuns somente a Hannah Arendt. Mary McCarthy comenta na carta de 24 de outubro de 1963 a crítica *The Mary McCarthy Case*, escrita por Norman Mailer e publicada na *New York Review of Books*, em 17 de outubro de 1963. “Norman Mailer acusou a autora de *O grupo* de ter escrito um ‘livro para senhoras’, que não fazia mais que se equiparar ‘ao melhor romance que os editores de revistas femininas jamais imaginaram em *suas* secretas ambições’.” (Brightman, 1995, p.160)

O mundo literário e intelectual está se transformando numa série de Happenings, como o da Conferência de Edimburgo sobre Teatro, em que levaram uma moça nua para o auditório. Os editores tornaram-se *showmen*, e o leitor é o espectador que acorre ao picadeiro do circo. Se eu estou zangada, imagino como você deve estar. E a combinação da zanga por você com a zanga por mim mesma fez minha cabeça girar. Esta porta giratória prende sem deixar saída, e esta visão múltipla – como uma imagem de Picasso – não tem outra face para dar. Pensar sobre todo esse espetáculo de maneira impessoal só serve para aumentar a depressão, se tanto. De qualquer maneira, muito carinho para você e a vejo nos EUA, onde podemos desfrutar juntas da culpa de sermos cúmplices. (MCCARTHY A ARENDR, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 160-161)

Mary McCarthy precisou de 11 longos anos para escrever o romance *O grupo*. Lançado em agosto de 1963, o livro estreou com uma edição de 70 mil exemplares. Segundo Carol Brightman (1995, p. 151), “vendeu um total de mais de cinco milhões de exemplares, somando-se as edições em capa dura e brochura, e foi, de longe, sua obra de maior sucesso”. Os números do sucesso de McCarthy não demoraram a incomodar.

Em uma carta curta datada no outono de 1963, para informar seu endereço em Chicago, onde era professora na universidade, Arendt escreve com rica ironia “sim, a fama é muito importuna e cansativa”. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 161)

Para Brightman (1995, p. 151), *O grupo*,

também a colocou na linha de frente dos colegas intelectuais de Nova York, liderados por Norman Mailer, cujos ataques só foram superados pelos que se desencadearam contra Hannah Arendt após a publicação de *Eichmann em Jerusalém: A banalidade do mal*, em maio de 1963.

O grupo foi lançado no Brasil, em 1981, na coleção Grandes Sucessos da editora Abril Cultural e conta a trajetória de um grupo de estudantes graduadas pelo Vassar College – uma das mais caras e exclusivas universidades para moças localizada no estado de Nova York. McCarthy mergulha em temas como iniciação sexual, casamento, maternidade, relações ilícitas, depressão e morte.

É dessa forma que Hannah Arendt opina sobre *O grupo* em carta de 16 de setembro de 1963:

Gostei muito, muitíssimo do Grupo, é bem diferente de seus outros livros, mais meigo e mais triste ao mesmo tempo; é como um balanço definitivo daquele período, mas visto de uma distância imensa. Você conseguiu uma perspectiva, ou melhor, talvez: chegou a um ponto tão distanciado de sua vida anterior que tudo agora pode se encaixar no devido lugar. Você mesma não está mais implicada. E esta qualidade torna o livro mais romance que qualquer outro de seus livros. Não preciso repetir o que todos que sabem alguma coisa dizem – que está lindamente escrito (o equilíbrio interno das frases é extraordinário) e muitas vezes é engraçadíssimo. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 152)

2.3 Rumores e humores dos anos 1960

A Guerra do Vietnã atravessa um período de dez anos da correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy. A partir de 1964 o Vietnã do Norte passa a sofrer pressão das Forças Armadas norte-americanas. A população vietnamita foi atacada pelos Estados Unidos com recursos militares drásticos como a utilização de bombas de napalm e gases tóxicos desfolhantes sobre a floresta, causando a destruição de colheitas. Toda a violência da maior potência mundial parecia reacender o motor da luta do exército norte-vietnamita e da guerrilha sul-vietnamita – o Vietcong, que abalava internamente o sul do país. O país dividido lutou em nome do líder nacional Ho Chi Minh, falecido em 1969, e de seu ideal de um Vietnã unificado e sob governo comunista. O objetivo declarado dos Estados Unidos era impedir uma disseminação do comunismo.

No início de abril de 1965, Hannah Arendt estava na Universidade de Chicago para dar seminários sobre Spinoza e Rousseau. Apesar de ter lido reportagens no *The New Yorker* e na *NY Review of Books*, ela demonstra interesse sobre as

manifestações em Berkeley, na Califórnia, onde “militantes pacifistas haviam reagido ao início dos bombardeios ao Vietnã do Norte, em fevereiro de 1965, parando um trem que levava tropas para a base do exército em Oakland” Brightman (1995, p. 179).

Nesta missiva datada exatamente de 2 de abril, além das preocupações com a guerra do Vietnã, Arendt libera algumas linhas do seu pensar mais livre, o que revela a intimidade entre as duas amigas.

Mary querida, sabe Deus por que não escrevi antes. Passei os meses de inverno ocupadíssima – dando palestras, tentando fazer inúmeras coisas que provavelmente sou estúpida demais para fazer, o que de qualquer maneira não vai me impedir de tentar. De resto, vida bastante tranquila e agradável, sem festas, amigos lá e cá. *Estou com saudades suas.* [...] Como está saindo o romance? O que você está fazendo? Escreva-me, mesmo se me comportei mal, por não escrever, digo. [...] Mary, por que você não vem? E como foram as coisas com as crianças, as de Jim? Diga a Jim que ele deveria lhe dar uma breve licença de viagem. Quando, antes de ir embora, você disse que ficaríamos muito tempo sem nos ver, não percebi que seria tanto assim. Tempo demais. (ARENDT A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 177-179)

Resposta de Paris também de 2 de abril de 1965. Mary McCarthy escreve desolada, uma longa carta sobre a questão do Vietnã. Para ela, “os EUA infligiram a si mesmos um dano irreparável”.

Não me parece suficiente dizer a Johnson²³ que pare de bombardear, lançar gases e incendiar. É preciso dizer-lhe o que fazer em vez disso. [...] Se, com esses métodos, Johnson conseguir forçar o Vietnã do Norte a negociar, será quase pior que se fracassar, pois então nada o deterá. Em compensação, se não conseguir (o que hoje ainda parece ser o caso), é provável que continue com a escalada; se bombardear Hanói, será o fim, no que me diz respeito. Eu não acharia mais aceitável ser americana. [...] Sinto-me ansiosa e de pés e mãos atadas, por causa de Jim e seu emprego. Se não fosse por isso, gostaria de escrever ou dizer algo em público. Da forma como as coisas estão, estou pensando em escrever uma carta a Stevenson ou a Johnson, a ser encaminhada por Dick Goodwin, um de seus redatores de discursos. Jim é favorável a esta opção, mas teria de ser uma carta claríssima. Penso que os EUA infligiram a si mesmos um dano irreparável. (MCCARTHY A ARENDT, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 180-181)

As apreensões sobre a guerra do Vietnã continuam expostas na carta de 28 de abril de 1965, assinada por Arendt, que continuava em Chicago.

Estou preocupada com toda a situação e não tenho confiança em Johnson. Ele pensa apenas em termos de prestígio, não sabe pensar de outro modo. É terrivelmente ambicioso e muito impaciente com

²³ Lyndon B. Johnson (1908-1973) assumiu a presidência dos Estados Unidos após o assassinato de John Kennedy em 1963.

discordâncias de qualquer tipo. O discurso dele foi uma maravilha de esquizofrenia, pois a primeira parte disse exatamente o oposto do que a segunda supostamente esboçou. Não estou convencida de que ele esteja agindo de boa-fé. A comunidade acadêmica opõe-se quase unanimemente a ele, as pessoas em geral estão bastante apáticas, apesar do que dizem as pesquisas do Gallup; ninguém se importa, fora as Universidades. Trata-se de uma guerra civil e é mentira dizer que há duas nações envolvidas, Vietnã do Sul e do Norte. O que me perturba mais que qualquer outra coisa é o tipo de mentira que começamos a praticar. Morgenthau²⁴ disse que o Livro Branco²⁵ do governo é simplesmente um escândalo. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 181-182)

O fato de ser casada com James West, um funcionário público a serviço do governo dos Estados Unidos, no exterior, deixava Mary McCarthy em muitas situações conflitantes. Como ela mesma descreve nesta carta: “Paris, 18 de maio de 1965, ‘ainda estou num estado de grande ansiedade em relação aos EUA. E não posso fazer nada, sem que Jim (possivelmente) perca o emprego, pois Johnson [presidente dos Estados Unidos à época] parece ser um homem vingativo’” McCarthy (apud Brightman, 1995, p. 184). Em 21 de julho seu apelo é mais sério e desesperado.

Na semana passada disse a Jim que, se bombardearmos Hanói, ele poderia ter que ou deixar o Serviço [de Relações Exteriores] dos EUA ou se divorciar. Talvez seja histórico de minha parte, mas na hora ele concordou plenamente em que, se de fato bombardearmos Hanói, ele se demitiria. Não paro de me perguntar se haveria alguma atitude preventiva a ser tomada para dissuadir Johnson dessa iniciativa. (MCCARTHY A ARENDR, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 187)

Não há registro de cartas entre os meses outubro de 1965 e agosto de 1966. No final dos anos 1960 Mary McCarthy se interessa cada vez mais pelo Vietnã, chegando a viajar como correspondente de guerra.

O horror de Mary McCarthy à guerra aumentou a passos acelerados, e assim também sua frustração com os meios limitados de protesto de que dispunha uma esposa de diplomata em Paris. Em março de 1966, McCarthy declinou o convite da *New York Review of Books* para que fosse ao Vietnã do Sul, argumentando que a visita podia custar o emprego do seu marido. Quando tornaram a convidá-la, nove meses depois, havia 40.000 efetivos americanos no Vietnã e a oposição à

²⁴ Hans Morgenthau – “We are deluding ourselves in Vietnam”, *The New York Times Magazine*, 18 de abril de 1965

²⁵ Livro Branco – Arendt se refere ao Documento Oficial do Departamento de Estado publicado em 1965 com o título de *Aggression from the North*

guerra ganhara a própria comunidade diplomática. Aceitou. Um ano depois, foi a Hanói. (BRIGHTMAN, 1995, p. 199)

Segundo Brightman, por outro lado, vivendo nos Estados Unidos, mesmo assistindo à mobilização dos estudantes contra a guerra, Hannah Arendt,

manteve uma distância relativa da crise que se aprofundava no Vietnã. Nas manifestações de massa e conferências de protesto – na conquista de “espaço público” por cidadãos privados exasperados com a política governamental – ela pensou ter visto uma confirmação da *vita activa*. (BRIGHTMAN, 1995, p. 199)

No verão de 1967, com a perspectiva de outra licença a passar nos EUA, Mary e Jim West compraram uma casa em Castine, Maine. Para McCarthy, cuja oposição cada vez mais declarada à guerra do Vietnã a aproximava do movimento americano contra a guerra, era hora de voltar ao país, para retomar o contato com as raízes. No caso de Hannah Arendt, todavia, a escalada da guerra e seu temor à repressão nacional, juntamente com a decadência dos serviços sociais de New York, quase convenceram-na e ao marido a fugir dos Estados Unidos para a Suíça. (BRIGHTMAN, 1995, p. 200)

Em 1º de fevereiro de 1967, Mary McCarthy escreve de Paris para contar que vai ao Vietnã do Sul (Saigon). Ela desejava conseguir o visto para entrar no Vietnã do Norte (Hanói) [comunista]. E em 12 de setembro do mesmo ano está em sua casa em Castine (Maine), nos Estados Unidos e escreve sobre os planos de ir a Hanói com um grupo relacionado à revista pacifista *Liberation* de Nova York. O visto para Hanói só foi liberado em março de 1968.

Enquanto Mary McCarthy organizava a segunda viagem ao Vietnã para escrever artigos contrários à guerra, no início de 1968, Hannah Arendt começou a dar aulas na universidade New School em Nova York. Período em que viveu muita pressão e até pensava em deixar os Estados Unidos para trás e partir para a Suíça, Arendt comentava sobre como as notícias a golpeavam diariamente na cabeça. Para ela, o presidente Lyndon Johnson não era só uma pessoa má ou estúpida, “mas uma espécie de louco”. Ela escreve também sobre os estudantes das turmas de Chicago, que mencionaram o livro de Mary McCarthy sobre o Vietnã.²⁶ Nesta mesma carta, Arendt justifica seu distanciamento das atividades de resistência naquele momento:

Os ânimos dos “ativistas” estão violentos, bem como, é claro, [os] dos Panteras Negras. Enquanto isso, mais criminalidade nas ruas, desafio aberto às leis por parte dos Sindicatos, e por toda parte um certo medo não articulado do poder das massas. [...] O único consolo – a opinião

²⁶ Mary McCarthy publicou uma série de artigos sobre o Vietnã na *New York Review of Books*, que foi publicada em 1967 como o livro *Vietnam*.

pública está mais anti-Johnson que nunca e, talvez, nossas derrotas no Vietnã. Mas também fico muito preocupada quando contemplo as várias consequências possíveis. Pela primeira vez, conheci americanos natos de meia-idade (colegas, muito respeitáveis) que pensam em emigrar. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 208)

Em 28 maio de 1968, Arendt escreve sobre a posição dos repórteres de editorias dos mais importantes jornais norte-americanos, que deram entrevistas aos canais de TV para dizer em alto e bom som que os políticos e porta-vozes do governo estavam mentindo, na tentativa de manipular a opinião pública em favor de seus desmandos. Para Arendt, “em todos os círculos intelectuais é preciso uma certa dose de coragem para ser a favor do governo” (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 212).

Em 1968, Mary McCarthy transformou sua série de reportagens sobre a viagem ao Vietnã do Norte, também publicada previamente no *The New York Review of Books*, no livro *Hanoi*. Hanna Arendt e Heinrich Blücher leram-no e Arendt descreveu as impressões:

Quis escrever ontem logo depois de ler o terceiro fascículo do livro sobre Hanoi. Raras vezes vi Heinrich tão entusiasmado; adorei imensamente. Sua pastoral tranquila e bela conseguiu mostrar toda a monstruosidade do que estamos fazendo sob uma ótica mais contundente que qualquer denúncia ou descrição de horror. Está lindamente escrito, umas das coisas melhores e mais maravilhosas que você já fez. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 213)

Ainda nesta carta de 13 de junho de 1968, Hannah Arendt chama atenção para um personagem que mobiliza a imprensa e o poder público em Paris. Trata-se de Daniel Cohn-Bendit, também conhecido como Danny, o Vermelho, e que foi líder das revoltas de maio de 1968, na França. A disposição de Hannah Arendt em ajudá-lo tem origem na relação que ela teve com seus pais, que como ela, eram judeus alemães refugiados.

Você por acaso conhece Dani Cohn-Benditt [*sic*]? Ele é filho de amigos muito íntimos meus e eu gostaria de saber um modo de entrar em contato com ele. Conheço-o, embora não muito bem. Esteve neste país e em Pallenville há cerca de quatro anos. Por sinal, um rapaz maravilhoso. Se ele ficar mais tempo em Londres, suponho que se pode escrever via BBC. Só quero que ele saiba que os velhos amigos de Paris – principalmente Channan [Channan Klenbort] e nós – estão dispostos a ajudar se ele precisar (de dinheiro). (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 213)

Mary McCarthy havia deixado um conflito em Paris e foi ao encontro de uma guerra na Ásia. Ao retornar com suas anotações para compor os artigos sobre a Guerra no Vietnã, foi obrigada a encarar a revolução dos estudantes nas ruas da capital francesa. Segundo Brightman (1995, p. 216) os estudantes iniciaram manifestações no campus da Universidade de Paris, em Nanterre, e dali provocaram o fechamento de “universidades e greves de solidariedade por parte de operários industriais e funcionários públicos no país inteiro. A rebelião de 1968 estava em pleno auge quando McCarthy retornou de Hanói”. Mary McCarthy escreveu uma longa carta em 18 de junho de 1968. Comparava suas emoções em relação às manifestações dos estudantes na França e a sua viagem ao Vietnã do Norte (Hanói). E se sentiu mais identificada com as ruas de Paris.

Os acontecimentos aqui me abalaram. Hanói também me abalou, porém os daqui mais, por causa da maior proximidade com meu país, tanto em sentido figurativo como literal. São questionados todos os nossos hábitos, poses, modo de vida, conjuntos de ideias, e, acima de tudo, o nosso distanciamento crítico. (MCCARTHY A ARENDT, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 214)

O Maio 68 foi encenado nas ruas e nas universidades de Paris e de outras cidades do interior da França. Os estudantes ordenaram entre maio e junho de 1968 o slogan *é proibido proibir* em oposição a toda espécie de autoridade. Os operários franceses se juntaram ao movimento estudantil e deram voz a maior greve geral da história da França. Aproximadamente 10 milhões de trabalhadores cruzaram os braços, o que, na época equivalia a cerca de um quinto da população do país. A parceria não foi em vão. Os trabalhadores conseguiram aumento geral dos salários e a conquista da quarta semana de férias.

O teatro Odeon ficava no bairro universitário, o *Quartier Latin*, e era subsidiado pelo governo. Jean-Louis Barrault era o diretor e abriu as portas para os estudantes que ocuparam o auditório com plenárias alimentadas por discussões sobre a ordem vigente e a autoridade tradicional. Barrault foi demitido pelo ministro da Cultura, André Malraux, mas o público permaneceu.

O Odéon estava maravilhoso. Agora acabou, e obviamente não poderia ter durado. Nos últimos dias, dizem eles, já estava se transformando num espetáculo para turistas, embora nem tanto, a meu ver, como pensavam os estudantes *enragés*²⁷. Ir ao Odéon tornou-se o “programa” para depois do jantar ou domingo à tarde, mas muita gente que ia ficava muito comovida. O grupo que ocupou o Odéon

²⁷ Enfurecidos.

parecia mais anarquista, em sentido libertário, que os grupos dominantes na Sorbonne. A *liberté de la parole* [liberdade de expressão] era respeitada a um ponto fantástico, e havia pessoas de todas as idades e posições sociais discutindo questões: jovens trabalhadores, homens de negócio, um coronel do exército, professores de colégio, um garçom de bar, jovens donas de casa bonitas. Muitos deles teriam tido medo – e com razão – de pôr o nariz na Sorbonne, onde os que discordavam eram calados aos gritos e (ouvi dizer) expulsos. (MCCARTHY A ARENDT, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 214-215)

O extraordinário no Odéon era a capacidade que tinham os jovens de manter a ordem, sem sombra de uso da força, e permitindo, ao mesmo tempo, total liberdade. O público aprendeu rapidamente a se autodisciplinar. Na Sorbonne, que era mais autoritária, a autoridade vivia sucumbindo; as pessoas fumavam, por exemplo, embora o *service d'ordre* implorasse para que ninguém fumasse; empurravam e gritavam. Pelo menos foi o que aconteceu na gigantesca concentração em que Sartre falou (não muito bem) – situação altamente inflamável, sem ar; eles não conseguiram abrir uma janela, porque as pessoas não deixavam passar, [e] houve uma correria do público para o palco. Foi um milagre ninguém ter ficado ferido naquela noite. (MCCARTHY A ARENDT, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 215)

Não me encontrei com Cohn-Bendit, embora Stephen e eu tenhamos tentado. Mas a Sorbonne estava uma bagunça tremenda, especialmente a Sala da Imprensa. Uma amiga minha de Londres também o conhecia; a mãe dele era amiga da *dela*. Como você provavelmente leu, ele fugiu de Londres para Frankfurt. Se tentar voltar à França de novo, temo que desta vez a polícia o pegue. A reação é, no mínimo, sinistra. Estão prendendo e deportando todo tipo de jovens estrangeiros – à mera suspeita. Ontem (ouvi dizer) a polícia estava jogando bombas de gás lacrimogêneo contra turistas perto do Odéon. Sem mais nem menos. Embora as coisas estejam funcionando de novo, acho que ninguém está contente. Salvo a extrema direita. É um país devastado. (MCCARTHY A ARENDT, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 215-216)

2.4 Movimentos contra tempos sombrios

No primeiro trimestre de 1971, os Estados Unidos, sob o comando do presidente Nixon, seguiam atacando o Vietnã, situação agravada pelo fato de que as convenções de paz em Paris entre os Estados Unidos e o Vietnã não apresentavam solução para o conflito. Em 28 de maio, Hannah Arendt escreve:

Gostaria que você escrevesse sobre o que nas pessoas faz com que queiram uma história. O fato de contar histórias. Vidas comuns de pessoas comuns, como Simenon²⁸. *Não se pode dizer como a vida é,*

²⁸ Georges Simenon (1903-1989) - escritor belga de língua francesa. Escreveu centenas de romances e novelas; obras autobiográficas e numerosos artigos e reportagens.

como a sorte ou o destino trata as pessoas, a não ser contando a história. [...] A própria vida é cheia de histórias. O que fez as histórias desaparecerem? Os acontecimentos esmagadores deste século, que fizeram todos os acontecimentos ordinários referentes apenas a uma pessoa parecerem insignificantes demais para valer a pena contá-los? (ARENDR A MCCARTHY, 1971, p. 279)

Em dezembro de 1971 Hannah Arendt tinha 65 anos e descrevia um estado de esgotamento físico e mental provocado pelo trabalho. A suspeita de angina foi confirmada pelos exames médicos, mas ela não abandonou de todo o hábito de fumar cigarros. O luto pela morte de Heinrich Blücher era outro componente que agravava seu estado. Se a saúde inspirava cuidados, por outro lado, a situação financeira recebeu suporte do governo da Alemanha Ocidental em forma de pensão com pagamento retroativo referente a salários, que Arendt teria recebido se tivesse permanecido na Alemanha e trabalhado como professora titular em universidades.

Em maio de 1972, os norte-americanos transportaram minas até os portos norte-vietnamitas mais importantes e bombardearam Haiphong e Hanói. Nem o bloqueio marítimo nem os pesados ataques aéreos a Hanói e Haiphong enfraqueceram as tropas norte-vietnamitas e o Vietcong. Essas intensificaram ainda mais sua pressão militar contra o Vietnã do Sul. A União Soviética esperou 48 horas para se pronunciar condenando as ações norte-americanas.

Hannah Arendt não estava indiferente a estes trágicos eventos causados pelo país que ela escolheu como segunda pátria.

“O que fazer agora?” é a mais frequente das perguntas, e não tem resposta. [...] A reação aqui não é forte; houve uma greve na universidade, mas acho que fui a única professora que não furou o piquete, e meus alunos – todos, é claro, contra o governo – não se importaram muito, desde que pudessem ter suas aulas. (Fomos a um apartamento particular). Todos os meios de comunicação, e com certeza a esmagadora maioria das pessoas, está contra a guerra, mas a única reação da Casa Branca é atacar a imprensa e os outros meios de comunicação por serem fiéis à verdade. Temos um belo antegosto do que esperar se Nixon ganhar a eleição. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p.293)

A situação política nos Estados Unidos reflete a condição social como conta em carta escrita em Nova York em 22 de outubro de 1972.

[...] nada é mais odioso que um prazo e o súbito pânico de que quase sempre sou presa cada vez que tento apenas viver um pouco. Também, o que é muito mais decisivo, esta melancolia horrível e justificada de todos ao meu redor. As coisas pioram dia a dia; a criminalidade nas ruas atingiu proporções alarmantes; as pessoas não têm coragem de voltar para casa de ônibus tarde da noite porque o

terminal não oferece segurança alguma, etc., etc. E toda manhã dizem-lhes que está tudo ótimo e que o governo teve sucesso na luta contra a criminalidade nas ruas – bem diferente de todas as outras coisas que o governo conseguiu fazer, isto é, afirma ter conseguido – e ninguém mexe um dedo”. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 302)

O Vietnã do Norte sofre ataques maciços dos B-52 (aviões bombardeiros de longo raio de ação) entre 15 e 30 de dezembro de 1972. Mary McCarthy ficou bastante abalada e chegou a pensar em voltar a Hanói. Ela escreve de Paris em 15 de janeiro de 1973.

Teriam sido férias ideais se não tivesse sido pelos bombardeios, embora aqui pareçam muito mais distantes, tanto no tempo como no espaço. Bem, não vou escrever a este respeito porque não há nada que as palavras possam dizer. Ele vai tornar a fazer aquilo? Talvez não, ou não tão cedo. Dá a impressão de que foi extorquida alguma concessão lúgubre dos norte-vietnamitas. Visitei a delegação deles outro dia, e todos estavam muito tristes e calados. E tão gentis. Compadeceram-se de *mim*. Mas também lhes parecia incrível a pouquíssima reação nos EUA. Mal podiam encará-la e me pediram uma explicação. O que se lhes pode realmente dizer? Ainda querem acreditar que “*le peuple américain, c’est un grand peuple*”. Eu disse que temia que o povo americano tivesse mudado, e me senti cruel ao dizê-lo”. (MCCARTHY A ARENDR, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 302)

Em outubro de 1973, Hannah Arendt ouvia as notícias de hora em hora, sintonizada na WQXR | New York's Classical Music Radio Station. “Notícias bastante assustadoras de Israel²⁹, o absurdo do Prêmio Nobel da Paz e vários outros sinais desagradáveis do que se chama História Mundial”, (Arendt a McCarthy, apud Brightman, 1995, p. 326). Quanto ao Nobel da Paz, Arendt referia-se ao fato de que o assessor de segurança Nacional do presidente Nixon, Henry Kissinger, foi indicado e ganhou o Prêmio Nobel da Paz daquele ano, por ter negociado um cessar-fogo no Vietnã. O general, diplomata e político norte-vietnamita Le Duc Tho recusou o prêmio que também foi oferecido a ele. Uma de suas justificativas para a recusa foi o fato de que os Estados Unidos continuavam alimentando uma guerra entre Vietnã do Norte e do Sul.

Por correr risco de impeachment, o presidente Richard Nixon anunciou em rede de TV, no dia 8 de agosto de 1974, que deixaria a Casa Branca no dia seguinte. Ele

²⁹ O Egito e a Síria haviam atacado Israel no dia 6 de outubro, infligindo numerosíssimas baixas e reconquistando parte do território perdido em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias. (nota de Brightman, 1995, p. 327)

era investigado por ter autorizado serviço de espionagem na sede do Partido Democrata, em Washington, em um escândalo que ficou conhecido mundialmente por Watergate, o nome do edifício onde ficava o escritório do partido. A operação foi organizada por pessoas de confiança de Nixon, com seu conhecimento, com o propósito de obter informações sobre seus adversários políticos. Gerald Ford, que era o vice-presidente, assumiu o cargo, e concedeu anistia a Nixon, salvando-o das implicações jurídicas do caso Watergate.

Em agosto de 1973, Arendt estava na Suíça, onde mantinha o hábito de visitar seu professor e amigo Karl Jaspers. De lá escreveu sobre suas preocupações sobre Watergate: “o número assombroso de escândalos que vêm à luz causa, de certo modo, o próprio fracasso do processo. Todo mundo, é o que deve *parecer*, fez mais ou menos a mesma coisa que Nixon e, onde todos são culpados, ninguém é culpado”, Arendt (1973, p. 320).

Não escrevi porque estava um tanto deprimida com esse caso todo. Tinha a impressão de que Nixon na verdade sairia do caso Watergate como vencedor disfarçado de salvador da pátria, e de que o culpado não seria ele nem a Casa Branca, mas o Congresso. Mas acabei de ler trechos do discurso dele e alguns comentários sobre a reação que suscitou e estou mais tranquila. Ele parece ter ficado outra vez na defensiva, sem responder em detalhes – o que, é claro, de qualquer maneira não pode fazer –, e a coisa toda me deu a impressão de que estava com medo. O fato principal continua sendo que apenas 31% (?) o apoiam, mas ninguém quer o *impeachment*. Em outras palavras, ninguém realmente se importa com essa intromissão maciça da criminalidade no processo político. Ou, o que é mais provável, as pessoas morrem de medo do que pode acontecer se algo for realmente feito contra isso. E é compreensível. Dado que Nixon realmente se comportou como um tirano, sua queda seria uma espécie de revolução. Também sinto que a consequência seria bastante imprevisível e possivelmente de grande magnitude. (ARENDR A MCCARTHY, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 319)

Mary McCarthy cobriu as audiências do caso Watergate, em junho de 1973, no Senado, em Washington, para o jornal *The Observer*. McCarthy reuniu também as reportagens publicadas pela *The New York Review of Books* no livro de *The Mask of State: Watergate portraits* (1974).

Estou um pouco entorpecida com isso. Há um limite à quantidade de notícias impressas que posso absorver sobre o assunto. Mas a recente declaração de Nixon em 4.000 palavras talvez seja a coisa mais reveladora sobre todo esse negócio. O apelo que faz à “segurança nacional” está sendo visto por alguns comentaristas como uma mera tentativa, lamentável, de obter apoio; acho, no entanto, que expressa seu verdadeiro objetivo político – um estado policial, com redes rivais de segurança espionando não só os cidadãos, mas também umas às

outras. Quando a li, pensei imediatamente em *Origens do Totalitarismo*. (MCCARTHY A ARENDT, apud BRIGHTMAN, 1995, p.315-316)

Estou muito enojada com a maneira como Watergate está se arrastando. Ainda acho que vamos nos livrar de Nixon, mas de uma forma que não será satisfatória, é o que temo. Claro que foi ele que conseguiu prolongar a coisa recorrendo a todos os truques imagináveis, mas, mesmo assim, o fato de não ter sido afastado, digamos após o massacre³⁰ de sábado à noite, mostra uma inércia geral e uma falta de tônus na resposta que são alarmantes em si. (MCCARTHY A ARENDT, apud BRIGHTMAN, 1995, p. 332)

Hannah Arendt recebia amigos para jantar em seu apartamento, em Nova York, no dia 4 de dezembro de 1975, quando sofreu um infarto e faleceu. Arendt conseguiu organizar seu pensamento e expor enunciados em um dos momentos mais difíceis vividos pelas sociedades contemporâneas. Com precisão, viu e descreveu em suas obras as feridas do mal que violenta a humanidade. Mas nunca deixou de acreditar na bondade do ser humano, na esperança e alegria da construção do bem comum e de garantias de liberdades individuais. Sua obstinação por compreender os regimes totalitários era também sua tentativa de impedir que eles não se repetissem.

Hannah Arendt, mesmo na fase em que denunciava o totalitarismo e as barbaridades perpetradas pelo nazismo, no absurdo do ódio que vitimou tantos judeus e não-judeus, não perdeu a dimensão adquirida na juventude quanto ao valor do amor no mundo. Seus escritos apontam para a necessidade de agir, de pensar, em direção ao entendimento destes fenômenos, para que eles não voltassem a se repetir e que a humanidade pudesse chegar a perceber sua origem e seu destino no Deus de amor, conforme ensinava Santo Agostinho. (CARNEIRO JR., 2007, p.20)

Mary McCarthy teve câncer de mama com metástase nos pulmões. Faleceu no dia 25 de outubro de 1989 em um hospital, em Nova York. Como escritora, gostava de estar à vontade para escolher sobre o que desejava escrever e não abordou assuntos tradicionalmente do mundo feminino. Alguns de seus livros foram autobiográficos. A estética das cidades e a política foram alguns dos temas com os quais trabalhou. Sempre esteve ocupada com sua escrita e se deslocou para muitos países para escrever sobre cidades, arquitetura e guerras. Imaginar uma escritora nos anos 1970 lutando por um

³⁰ O “massacre de sábado à noite” ocorreu em 20 de outubro de 1973, depois que Archibald Cox, promotor especial de Watergate, ordenou que a Casa Branca liberasse todas as fitas em que estavam gravadas conversas relativas à invasão, e Nixon, em vez de cumprir a determinação judicial, propôs um compromisso inaceitável, recusado por Cox. Nixon ordenou então que Elliot Richardson, procurador-geral, e William Ruckelshaus, então seu vice, exonerassem Cox. Ambos se recusaram e se demitiram. Robert Bork, procurador-geral interino, demitiu Cox. (nota de Brightman, 1995, p.333)

visto para entrar no Vietnã do Norte (Hanói), com o objetivo de denunciar os ataques dos Estados Unidos contra esse pequeno país na Ásia, é de se pensar que McCarthy, assim como Arendt, tinha coragem de lutar por um mundo melhor para todos.

CAPÍTULO 3 – PAPEL DE CARTA – MENSAGENS DE HANNAH E MARY EM FORMA DE VERBETES

No primeiro momento comecei a elaborar uma proposta de um livro paradidático, entretanto, com a evolução do trabalho, foi transformada no manual *Papel de carta – mensagens de Hannah e Mary* com textos, verbetes e atividades, e o propósito de tornar mais fácil a contextualização de fatos históricos, além de conter informações que auxiliem na interpretação destes. Este manual poderá ser utilizado em atividades nas turmas de Ensino Médio.

Para isto, utilizei como guia, trechos da correspondência de Arendt e McCarthy do livro *Entre Amigas – A correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy 1949 – 1975*. Esta publicação oferece a possibilidade de utilização da literatura epistolar como oportunidade de difundir o diálogo interdisciplinar com a História, em sala de aula, pelo conteúdo que apresenta baseado em importantes eventos do século XX.

O professor de História, ao dialogar com uma produção literária, precisará ter respostas a questões, como: quais as fronteiras que delimitam tais discursos? Como trabalhar com literatura e história, respeitando a especificidade do discurso literário? (AZEVEDO; LIMA; 2011, p. 62)

O papel do professor é levar o aluno a ler o mundo por meio de ações práticas e contextualizadas, de caráter experimental e de iniciação à investigação, permitindo ao discente o contato com ações próprias do processo de produção da ciência histórica. É importante que o professor esteja atento à sua função de orientador e incentivador da aprendizagem dos alunos. Estes precisam vivenciar a percepção, a intuição, a crítica e a criação, indo além do conhecimento comum que serviu como incentivo inicial à problematização. (AZEVEDO; LIMA; 2011, p. 67)

A escrita de Arendt e McCarthy aponta para um grande mural de informações construído a partir de um jeito genuíno de contar e perceber o tempo presente de cada uma. A visão singular dessas mulheres de certa forma tem apelo, é um chamamento para dar-se a oportunidade de conhecer uma era tão grave, instigante e criativa. Sem dúvida, ambas conviveram com uma geração das mais importantes no cenário cultural do ocidente.

Para além de seu ‘conteúdo’, um texto também possui elementos materiais que, juntamente com o gesto que lhe deu origem, precisam ser levados em conta na análise. Isso não implica ter que mudar de objeto, ou ter de deixar de fazer história social. Ao contrário: ao levarmos em consideração todos esses componentes de um documento textual, ampliam-se as possibilidades de conhecer e compreender as

ações humanas no passado. Mais ainda, sem a análise simultânea deles, perdemos informações e não conseguimos transformá-los em fontes históricas. (LARA, 2008, p. 22).

Alguns desses acontecimentos dão forma a esse manual com verbetes associados a trechos de cartas, para que possa ser usado em sala de aula, a partir da exploração do recurso literário da linguagem epistolar com o objetivo de que os alunos apreendam informações sobre os movimentos políticos e culturais do passado e, conseqüentemente estabeleçam relações com a conjuntura do presente. Além disso, o manual *Papel de carta – mensagens de Hannah e Mary* traz uma curta biografia sobre a vida e obra das autoras.

Quer eu escolha, para descrever um poema, um romance ou outro texto qualquer, privilegiar o ponto de vista do autor ou do leitor, nenhum estudo literário se abstém de estabelecer uma definição das relações entre tal texto e a literatura, tal texto e seu autor, tal texto e o mundo, tal texto e seu leitor (nesse caso, eu), tal texto e a língua, ou de formular uma hipótese sobre essas relações. (COMPAGNON, 2006, p. 195)

As revoltas estudantis em maio de 1968 é um exemplo de verbete, que apresenta o líder dos estudantes em Paris, Daniel Cohn-Bendit, Danny – o vermelho –. Ele é filho de judeus alemães refugiados, que se tornaram amigos de Hannah Arendt e seu marido, Heinrich Blücher, no final da década de 1930, em Paris, quando estavam fugindo da perseguição do regime nazista. Em carta de 13 de junho de 1968, Arendt, exprime o desejo de entrar em contato com Daniel e oferece ajuda em dinheiro. Em nota de rodapé, Brightman (1995, p. 213) conta que em 27 de junho do mesmo ano, Hannah Arendt escreveu a Daniel: “Se estivessem vivos agora, seus pais [...] estariam muito contentes com você”.

Nos próximos itens apresento alguns pontos de vista sobre a utilização da literatura em geral e também algumas questões a respeito do desenvolvimento de atividades pedagógicas no ensino de história a partir da construção do produto pedagógico.

3.1 A utilização da literatura no ensino de História

Da mesma forma como historiadores enfrentam dificuldades em produzir e empregar conceitos para fundamentar o conhecimento histórico, os professores de história também trabalham no sentido de estudar e dominar tais conceitos e categorias. Na sala de aula, o professor assume também o “desafio de saber como introduzir e

encaminhar as tarefas de aprendizagem para alunos de diferentes idades e condições culturais” (BITTENCOURT, 2008, p.192).

Neste trabalho voltei a atenção à vida e à obra de duas escritoras (Hannah Arendt e Mary McCarthy), tomando como atalho a exploração de correspondências entre si. De tais cartas selecionei alguns acontecimentos como conteúdo para dar forma a um produto pedagógico, um manual com verbetes, que possa ser usado em sala de aula, pelo docente, explorando o recurso literário da linguagem epistolar. A finalidade é que os estudantes apreendam informações sobre os movimentos políticos e culturais do passado e, conseqüentemente estabeleçam relações com a conjuntura do presente.

O ensino da história encontra, assim, sua missão mais destacada no estabelecimento da correlação substantiva entre a vida quotidiana do presente e o passado historicizado. O ensino deve tomar seu ponto de partida justamente nas questões que os estudantes percebem, em suas experiências atuais, não poderem ser adequadamente entendidas se não se recorrer a uma volta ao passado. Seu ‘lugar social’ é também o lugar em que constroem suas experiências históricas. O encontro do lugar atual e do lugar passado na experiência dos estudantes (e do público em geral, é bom lembrar) tem por objetivo ensejar a sensação de que o tema ‘diz respeito a mim [a nós]’. A noção de ‘dizer respeito a’, enquanto categoria relevante para o ensino de história, significa que determinados contextos históricos, para o grupo, não são simplesmente ‘do passado’, mas possuem uma relação existencial remanescente com o presente. (MARTINS, 2011, p. 56)

Para utilizarmos a literatura como recurso para o ensino de história, aprendemos com Compagnon (2006, p. 201), que “a hipótese central da história literária é que o escritor e sua obra devem ser compreendidos em sua situação histórica, que a compreensão de um texto pressupõe o conhecimento de seu contexto”.

Contrariamente ao velho sonho positivista, o passado, como repetiu à saciedade toda uma série de teóricos da história, não nos é acessível senão em forma de textos – não fatos, mas sempre arquivos, documentos, discursos, escrituras – eles próprios inseparáveis, acrescentam esses teóricos, dos textos que constituem nosso presente. (COMPAGNON, 2006, p. 222).

Bittencourt aponta a importância da contextualização para o ensino e a aprendizagem de História. É necessário estabelecer correspondência entre acontecimentos a temas e aos protagonistas em questão para que a informação preencha-se de sentido.

O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e aos sujeitos que o

produziram para buscar uma explicação. (BITTENCOURT, 2008, p. 183)

“Subsiste uma dimensão complementar entre o agente de qualquer tempo, o historiador que o faz reviver e o docente que o faz vivo na experiência social da consciência histórica, do pensamento histórico e da cultura histórica”, Martins (2011, p. 52).

O exercício de incorporar diversas fontes e linguagens no ensino de História com o propósito de estimular o interesse dos alunos pela pesquisa tem mostrado bons resultados na qualidade do ensino-aprendizagem do conhecimento histórico.

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa. (FOUCAULT, 1986, p. 7-8)

E se pensarmos a literatura como um meio que retroalimenta a memória, poderemos ver o escritor como um elo dessa cadeia que nos liga e transporta de um tempo a outro, do passado ao presente, na árdua tentativa de rascunhar o futuro. Se a memória pode ser socializada, não resta ao escritor senão o exercício do comprometimento.

Eu diria que um escritor é engajado quando trata de tomar a mais lúcida e integral consciência de ter embarcado, isto é, quando faz o engajamento passar, para si e para os outros, da espontaneidade imediata ao plano refletido. O escritor é mediador por excelência, e seu engajamento é a mediação. (SARTRE, 2015, p. 66-67)

José D’Assunção Barros em *Memória e História: uma discussão conceitual* discorre sobre o fato de que a memória individual “sempre envolve importantes dimensões coletivas”:

Se a memória envolve um comportamento narrativo, e a narratividade é necessariamente um processo mediado pela Linguagem – esta que em última instância é produto da Sociedade – tem-se aqui maior clareza de como a dimensão coletiva também interfere na Memória individual. Para além disto, com a consubstanciação da Memória

através da linguagem – falada ou escrita – a Memória abandona o campo da experiência perceptiva individual e adquire a possibilidade de ser comunicada, isto é, socializada. (BARROS, 2011, p. 319)

Consoante Borralho:

A história se coloca no plano das condições objetivas das sociabilidades humanas, a fim de saber como homens e mulheres estabelecem seus códigos, como vivem, se organizam, se relacionam econômica, política e culturalmente não deixando escapar, ou pelo menos tentando, a dimensão prática do que Platão cognominou, enquanto mundo real. A literatura também se coloca no plano das condições humanas, afinal, todo escritor está inserido em uma determinada realidade social, porém, a dimensão da vida prescrita no texto literário, diferentemente da história, não se atém ao que a ciência determina como verdade, quer dizer, o que está descrito na literatura existe em alguma estância, situação ou condição, resta tão somente compreendermos que ambas as estâncias não são análogas ou mesmo incomplementares, são apenas disposições da mesma condição ontológica, descritas sob ângulos distintos. (BORRALHO, 2013, p. 18)

Ao adentrarmos no terreno do intercâmbio entre literatura e o ensino de história uma das primeiras necessidades é a observação dos exercícios de metodologia. Em sua análise acerca de procedimentos metodológicos no ensino de História, Bittencourt (2008, p. 225) diz que, “as críticas sobre os métodos de ensino levaram os educadores, no fim dos anos 60 do século XX, a dar maior ênfase a esse aspecto, e a renovação do ensino recaiu assim nas questões metodológicas”.

Uma importante intenção didática é a de possibilitar ao estudante a reflexão sobre o presente pelo estudo do passado, para que possa desenvolver o esforço de dimensionar a vida hodierna em extensões de tempo. A sugestão dos PCN [Parâmetros Curriculares Nacionais] para a relação entre tempo e passado e tempo presente é a de que as questões atuais devem servir para sensibilizar os alunos para o estudo do passado, de modo que, estudando ‘*outras realidades temporais e espaciais*’, eles possam ‘*dimensionar a sua inserção e adesão a grupos sociais diversificados*’ (BITTENCOURT, 2008, p. 214).

O ensino tradicional de História se dava por narrações de textos pelo professor e por memorização dos dados, geralmente datas, eventos e descrição da vida e obra de personagens, pelos estudantes. A obra *História do Brasil* de Rocha Pombo, 9ª edição, da Edições Melhoramentos, datada de 1960, traz na orelha alguns textos denominados “Opiniões críticas”. Um deles, de F. Augusto Nunes, do Correio Paulistano, descreve exatamente como se apresentava àquela época, o ensino tradicional de História:

Os episódios, os vultos e os quadros da História do Brasil são descritos e apresentados nesse livro de uma forma não só educativa, como também, irresistivelmente atraente, tornando o ensino suave, simples, assimilável, compreensível a qualquer inteligência. (NUNES, apud POMBO, 1960)

História do Brasil abre o índice com ‘Descobrimento do Brasil – O íncola’, e encerra com ‘Constituição de 1891 - Governos constitucionais até o de Washington Luís Constituições de 1934, 1937 e 1946’, capítulo acrescentado pelos editores. O livro tem 504 páginas e 11 delas são dedicadas à descrição dos indígenas. Uma página apresenta ilustrações em preto e branco do ‘sepultamento de um índio’ e de ‘instrumentos de pesca, arcos e flechas dos indígenas brasileiros’.

A partir dos anos 1950 várias correntes do pensamento pedagógico e historiográfico foram adotadas ao ensino de História com o propósito de alcançar melhor atuação do professor em sala de aula e bons resultados na aprendizagem dos estudantes.

Críticas e discussões atravessaram o século XX, mas o ensino de modo geral, e o de História especificamente, seguiu marcado pelo tradicional. Apesar das permanências que lembravam o ensino do século anterior, marcado pela monumentalidade dos feitos atribuídos a heróis nacionais e um ensino tradicional sem espaço para discussões, reflexões, promoção de autonomia do pensamento, no final da segunda metade do século XX novas discussões e mudanças nos pressupostos teórico-metodológicos da história e da educação contribuíram para a construção de propostas didáticas e curriculares marcadas por diferentes concepções de ensino, aprendizagem e avaliação. (AZEVEDO; STAMATTO, 2010, p. 704).

Atualmente, é parte primordial do planejamento da aula de história, atividades que não só prendam a atenção do aluno, mas que também o encontre como um interlocutor daquele momento:

uma aprendizagem significativa, em história, começa com boas indagações sobre o tempo presente; logo, uma proposta pedagógica, que busque a construção de atividades de aprendizagem significativa em História, deve efetuar dois movimentos básicos: selecionar da realidade atual temas e questões relevantes e buscar na história elementos para melhor compreendê-los no acervo de experiências da história da humanidade. (SEFFNER, 2018, p. 22)

A utilização de documentos nas aulas de história oferece um valioso suporte para o desenvolvimento do senso crítico e do pensamento histórico. Como escreveu Bloch (2002, p. 75), “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará.

Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”.

No decorrer dos últimos 20 anos, as fronteiras disciplinares foram questionadas e os saberes religados e rearticulados em busca da inteligibilidade do real histórico. Hoje, esse processo requer de nós, professores e pesquisadores, um aprofundamento de nossos conhecimentos acerca da constituição das diferentes linguagens, seus limites e possibilidades. (AZEVEDO; LIMA; 2011, p. 59)

O exercício de conhecer, a partir de um processo de ensino articulado, com iniciação à investigação em decorrência da exigência de conhecimentos acerca das linguagens utilizadas em sala de aula, contribui para uma aprendizagem significativa do aluno, pois faculta a este saberes à leitura e à compreensão do mundo que o cerca. (AZEVEDO; LIMA; 2011, p. 57)

Para Bittencourt, este processo,

facilita a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade. (BITTENCOURT, 2008, p. 233)

Os recursos didáticos são classificados em três tipos de documentos, os escritos, materiais e visuais ou audiovisuais. Seffner (2018, p. 30) chama a atenção para que o docente disponha de diversas atividades e utilize várias fontes “históricas, geográficas, literárias, imagens, etc”. E enfatiza que, “um professor que consulta exclusivamente o livro didático, que planeja as aulas apenas a partir de uma única fonte de informações, certamente é menos respeitado pelos alunos em sua autonomia intelectual”. (SEFFNER, 2018, p. 30).

O uso da literatura como documento interdisciplinar é sugerido por Bittencourt (2008, p.338) “romances, poemas, contos são textos que contribuem, pela sua própria natureza, para trabalhos interdisciplinares”. “Os estudos de textos literários têm assim como objetivo não apenas desenvolver “o gosto pela leitura” entre os alunos, mas também fornecer condições de análises mais profundas para o estabelecimento de relações entre conteúdo e forma”. (BITTENCOURT, 2008, p. 340).

O texto literário pode se tornar um grande aliado no ensino de História. Em sua dissertação *O Ensino do Nazismo na Educação Básica: um diálogo entre História e Literatura através do paradidático O Holocausto Judaico*, Priscila Piccolo Neves atenta para o fato de que o livro didático deve ser cada vez mais acompanhado de ferramentas

pedagógicas, não só para atrair a atenção dos estudantes, mas para despertar interesse e reflexão em torno da realidade político-social:

Com a modernização tecnológica e com avanços no campo das pesquisas pedagógicas, surgiu a necessidade de se repensar as formas de ensino, embora muitas instituições ainda optem por usar métodos menos inovadores e se atenham apenas ao livro didático como recurso metodológico. A progressão dos estudos didáticos vem mostrando que cada vez mais é possível ensinar e formar uma consciência crítica com recursos que acompanham a modernização. (NEVES, 2018, p. 15).

Os métodos variam de acordo com o universo pessoal e erudito de cada professor, como descreve Rocha, Magalhães e Gontijo no artigo *A aula como texto: historiografia e ensino de história*:

Os métodos são distintos porque o professor de história na escola mobiliza outros recursos e saberes para além daqueles utilizados na construção da história acadêmica e, também, daqueles utilizados na elaboração de um sentido para o passado pela mídia. A história acadêmica orienta-se pelas regras de um método de análise crítica das fontes e pelo exercício da narrativa escrita, por meio do qual o conhecimento assume uma forma complexa, que opera recortes, mas propõe grande número de articulações entre eles, de modo a mobilizar os recursos críticos do leitor e, ao mesmo tempo, estimular sua sensibilidade e, por que não dizer, suas emoções? Já a história escolar orienta-se por regras pedagógicas próprias, adequadas aos diferentes graus de formação dos alunos; pelas práticas aprendidas e pela erudição obtida mediante a formação intelectual/profissional do professor como historiador; pelos saberes adquiridos na vida e pela experiência em sala de aula (ROCHA; MAGALHÃES; GONTIJO, 2009, p. 13-32).

Oferecer à aula de História diversos documentos e fontes e criar metodologias apropriadas aos níveis das classes é um desafio cotidiano do professor, e também a forma de abrir um horizonte para que o aluno reconheça sua própria historicidade, a partir de suas relações familiares, sociais e políticas. Esta identidade, que a reflexão histórica produz, é fundamental para a formação de uma sociedade atenta a ponto de evitar as duras consequências que a violência e o autoritarismo promovem a todos.

3.2 Produção do produto pedagógico *Papel de carta – mensagens de Hannah e Mary*

Neste item vamos falar sobre o percurso de elaboração do produto pedagógico, *Papel de Cartas – Mensagens de Hannah e Mary*, que apresenta personagens e fatos históricos, que poderão ser explorados também como fontes de pesquisas atreladas a outras disciplinas, a partir de contextos social, político, cultural e

econômico representados. Após a escolha do personagem ou fato histórico serão necessárias a busca de fontes e a organização da leitura de textos pesquisados. Um roteiro com perguntas diretas como “quem, o que, onde, quando, como, por que” abordando tema, contexto histórico, personagens, facilita a assimilação de informações.

A escrita deste trabalho até aqui foi essencial para determinar a execução do produto pedagógico, especialmente a escolha dos temas a serem abordados. O desafio também implica buscar orientações metodológicas discutidas nos seminários da disciplina Metodologia de Pesquisa em História para Elaboração e Aplicabilidade de Produtos Pedagógicos, além de construir uma via em que Literatura e História possam ser lidas associadamente de forma a facilitar a compreensão de temas do currículo escolar.

O produto pedagógico *Papel de Carta – Mensagens de Hannah e Mary* está organizado em sete temas. Ao final de cada tema há uma seção de dicas de audiovisuais e atividades. O objetivo das dicas é oferecer possibilidades para o aluno se aprofundar no assunto e o professor tem uma atividade que pode ser aproveitada e também reformulada ou adaptada de acordo com a meta a ser alcançada. Ao final do quarto tema há uma atividade em inglês.

O primeiro tema trata de uma apresentação biográfica das escritoras Hannah Arendt e Mary McCarthy, sua relação de amizade e a história da troca de correspondências. Depois, mostramos duas obras fundamentais de Arendt e introduzimos os verbetes Nazismo, Holocausto e Totalitarismo. O terceiro ponto faz referência a um artigo de Hannah Arendt que discute o problema da segregação racial nas escolas nos Estados Unidos. O livro mais polêmico de Hannah Arendt – *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal* – é apresentado no quarto tema e aborda outra vez os crimes do nazismo contra a população judia.

O engajamento da escrita de Mary McCarthy contra a guerra do Vietnã é apresentado no quinto tema, que trata do ataque das forças militares norte-americanas contra esse pequeno país asiático. As manifestações estudantis dos anos 1960 compõem o sexto tema. Para encerrar, duas mulheres brasileiras e ativistas escrevem cartas a Hannah e Mary. Um exercício imaginário que resultou em dois textos verdadeiros e diversos em suas narrativas, mas com afinidades quando tratamos da luta pelos direitos e defesa das mulheres.

Ao se deparar com o conteúdo e a lista de temas selecionados para discussão em sala de aula, o professor se pergunta “como fazer com que nossos alunos gostem e

se envolvam com a história?” (PEREIRA; GIACOMONI, 2018, p. 10). Como ajudar alunos a criar conceitos históricos, problematizar conteúdos, manter interesse pela leitura e, conseqüentemente, escrever sobre pensamentos próprios? Essas são preocupações dos docentes de História, as quais estão interligadas aos questionamentos sobre metodologia do ensino da disciplina.

Para alguns alunos, há um corte radical entre o mundo da escola e os referenciais que utilizam no seu cotidiano. A História, para estes, não serve para nada. Faz-se necessário buscar soluções originais que contemplem as diferenças culturais e que possibilitem a cada indivíduo assumir a sua subjetividade, numa dimensão que dê conta também de aspectos universais da formação humana. (MONTEIRO, 2007, p. 109)

Tornar aulas de história atrativas para os alunos e menos estressantes para os professores é um desafio que pode ser enfrentado com a utilização da literatura como documento histórico. Antes, o professor deverá contextualizar o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula por meio do texto literário. A literatura como um recurso da interdisciplinaridade possibilita o enriquecimento do ensino da disciplina História, tendo em vista que toda produção cultural possui sua historicidade, sendo construída num tempo e espaço.

A carta, não raramente, pode ser enviada para auxiliar o seu correspondente para aconselhá-lo, exortá-lo, admoestá-lo, consolá-lo. O exercício de escrita desse tipo de texto constitui também uma maneira de se treinar: tal como os soldados se exercitam no manejo das armas em tempo de paz, também os conselhos que são dados aos outros na medida da urgência da sua situação constituiriam uma maneira de se preparar a si próprio para eventualidade semelhante. Enfim, através da correspondência o indivíduo acaba por criar também uma literatura de si, e essa literatura é tão transgressiva como aquela que objetiva transpor os limites da linguagem, pois se trata de reinventar a si mesmo e de transpor o limite do que somos (MARTINS, 2011)

Faz-se necessário fazer a seleção de trechos do texto literário que descreve o momento histórico a ser estudado na aula. Após a seleção do material literário, é importante oferecer um perfil do autor e de sua obra, evidenciando o contexto histórico na qual esta foi escrita e o período retratado. Uma boa seleção de texto literário pode render uma parceria interdisciplinar com a aula de literatura, bastando para isso, que os professores explorem o mesmo texto com atividades diferenciadas.

O que supostamente aconteceu no passado e sofreu transformações não pode ser apreendido imediatamente do vocabulário presente nas fontes escritas. É necessário um trabalho teórico e conceitual

concomitante. A História dos Conceitos, ao remeter o historiador a experiências passadas circunscritas pela linguagem, testemunha as inovações que puderam ser registradas. [...] O contexto é sempre construído e demarca o nível de análise de acordo com os objetivos da investigação. Para que as conexões entre os conceitos e o contexto histórico não se reduzam a esquemas de relações mecânicas, sejam estas de ordem causal ou expressiva, é necessário captá-las nos próprios textos. É no horizonte textual, nas articulações particulares de conceitos e argumentos por meio dos quais cada texto reconfigura seus referenciais que se pode apreender os sentidos das experiências relevantes registradas linguisticamente que são importantes para a interpretação. (KIRSCHNER, 2007, p. 58)

O que se observa é que não somente os conteúdos dos livros didáticos de história são pautas de discussões, mas também o desenvolvimento de técnicas, recursos e metodologia para facilitar as atividades do docente em sala de aula e melhor aproveitamento por parte do alunado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho chega ao fim sem necessariamente esgotar-se. Ao contrário, significa o início de outras jornadas rumo a novos projetos de pesquisa. O exercício de estudar o livro de correspondências entre Hannah Arendt e Mary McCarthy me aproximou da história e da obra de duas personalidades femininas profundamente engajadas nas lutas de sua época. Além de me voltar ao estudo de literatura epistolar e teoria literária.

No discurso literário, a carta foi relegada por muito tempo a uma posição distante da literatura. É no transcorrer dos séculos XIX e XX que são publicadas as correspondências de artistas e escritores, atraindo a curiosidade do leitor e dos pares contemporâneos dos autores das cartas. Daí para serem utilizadas como fontes de pesquisas biográficas, foi um passo.

Os 26 anos de duração da correspondência entre Arendt e McCarthy oferecem ao leitor contextos particulares que compartilham o período, as cidades, os eventos e, especialmente, como cada autora retratou imagens de si, dos outros e dos acontecimentos. Cada carta funciona como uma provocação, um estímulo para a resposta que cria uma nova imagem num eterno desafio ao pensamento.

Tin (p.1, 2011) propõe que cartas sejam lidas com “um olhar atento às características do gênero epistolar”.

Cartas são escritos frágeis, precários, datados, há quem diga fúteis, há quem diga transitórios. Escritas muitas vezes em papéis de má qualidade, ou naquele que se tem à mão, sem – aparentemente – preocupação alguma com sua conservação para a posteridade, muitas das cartas literalmente se dissolvem com o passar dos anos, cumprida a sua função imediata de comunicação entre os correspondentes. Mesmo que, posteriormente, reunida em livro, uma correspondência não deveria ser lida sem que se levassem em conta essas características. (TIN, p. 1, 2011)

Para escrever esta dissertação, utilizei em muitas ocasiões, as biografias *Nos passos de Hannah Arendt* (Laure Adler – 2007) e *Hannah Arendt por amor ao mundo* (Elizabeth Young-Bruehl – 1997). Dois exemplos de trabalhos de pesquisa elaborados a partir de trechos de cartas entre a biografada, familiares e amigos. Em especial, na investigação de Young-Bruehl, há um cuidado com a comparação e apuração de fatos para analisar fatos descritos nas inúmeras correspondências do acervo de Hannah Arendt. Young-Bruehl consegue relacionar tempo, espaço, pessoas e consequências entre si para construir o perfil da biografada.

Em relação ao livro aqui estudado, *Entre Amigas – A correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy (1949-1975)*, a organizadora Carol Brightman apresenta um texto introdutório, notas explicativas e o epílogo. Ela analisou as cartas levando em consideração e a seu favor os anos que se passaram. O tempo que se tem para rever os acontecimentos do século XX descritos na visão de duas mulheres sobreviventes. Brightman pôde dialogar, entrevistar e analisar quesitos editoriais da publicação com Mary McCarthy. Este conjunto de ações na companhia de McCarthy faz com que Brightman também possa ser consultada como fonte.

No que se refere ao ensino de História, a pesquisa me levou muitas vezes a pensar a prática de proposta interdisciplinar, a partir do pressuposto de que fontes literárias são documentos comumente utilizados pelos docentes. História e Literatura quando bem dirigidas podem oferecer aos alunos um panorama das experiências e relações humanas das sociedades em períodos singulares. Oportunidades criativas para se compreender o contexto e se construir elementos interpretativos e análises da realidade em perspectiva temporal e espacial, que podem ser utilizadas em diferentes disciplinas.

As fontes no caso são trechos de cartas que relatam acontecimentos importantes do século XX, que estão na grade curricular do ensino médio. O produto pedagógico que acompanha esta pesquisa conta a história de amizade e de troca de cartas entre Hannah Arendt e Mary McCarthy por 26 anos, ao mesmo tempo em que aponta alguns desses acontecimentos pela vivência das duas autoras. Na última parte, provocamos duas mulheres maranhenses e ativistas a escrever cartas a Arendt e McCarthy.

Material a ser explorado em disciplinas além de História, também Filosofia, Sociologia, Geografia, Filosofia, Inglês, Artes, Português e Literatura, o produto pedagógico *Papel de carta – mensagens de Hannah e Mary* é um exercício editorial com o propósito de levar professores e alunos a encontrar a Literatura como elemento facilitador da compreensão de temas como racismo, nazismo, totalitarismo, entre outros, em tempos passados, e tão urgente na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Laure. **Nos passos de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ARENDDT, Hannah. Reflexões sobre Little Rock. 1959. Disponível em: https://www.normfriesen.info/forgotten/little_rock1.pdf Acesso em: 23 jun. 2020
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979. (Coleção Debates).
- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- AUGUSTO, Sérgio. Duas amigas. Caderno +mais, jornal Folha de São Paulo, 18 jun. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/18/mais/5.html> Acesso em: 12 dez. 2019.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. **Antítese**, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, p. 703-728 <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses> Acesso em: 12 abril. 2019.
- AZEVEDO, Crislaine Barbosa; LIMA, Aline. Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. **Roteiro**, Joaçaba, v.36, n. 1, p. 55-80, jan./jun. 2011
- BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Revista Tempos Históricos**, v. 15, p.317-343, 2001. ISSN 1983-1463 (versão eletrônica). Disponível em: <https://www.e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/download/5710/4287>. Acesso em: 24 out. 2018.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez Editora, 2008. (Coleção docência formação. Serie ensino fundamental). ISBN 978-85-249-1069-2.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. ISBN: 978-85-7110-609-3.
- BOAVENTURA, Cristiana Tiradentes. Machado de Assis e José Veríssimo: aspectos da correspondência entre o escritor e o crítico. **Teresa** revista de Literatura Brasileira, São Paulo, n. 8/9, p.101-117, 2008. ISSN 1517-9737. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116694/114257>. Acesso em: 11 set. 2018.
- BOLONHA, Anônimo de; LÍPSIO, Justo; ROTTERDAM, Erasmo de. **A arte de escrever cartas**. Organização, tradução e notas de Emerson Tin. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

BORRALHO, José Henrique de Paula. O fim da separação entre literatura e história. *In: Revista Contemporânea*. Rio de Janeiro, Niterói – UFF. Ano 3, nº 4, vol 2, 2013. p. 1-23.

BRIGHTMAN, Carol. **Entre Amigas**: a correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy (1949-1975). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. ISBN: 85-85-7316-031-4

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. A dessegregação de Little Rock a partir de Hannah Arendt. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072019000100510&tlng=pt

<https://www.scielo.br/pdf/pp/v30/0103-7307-pp-30-e20170154.pdf> Acesso em: 16 de julho de 2020

CARNEIRO JR., Renato Augusto. **O amor na política: um diálogo entre Hannah Arendt e Santo Agostinho**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 46, p. 31-50, 2007. Editora UFPR.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria** – literatura e senso comum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006 . ISBN: 85-7041-184-7.

CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt**. Filosofia - Coleção Passo a passo 73. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

COTTA, André Guerra. Correspondência pessoal como fonte histórica e musicológica. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/277255265_CORRESPONDENCIA_PESSOAL_COMO_FONTE_HISTORICA_E_MUSICOLOGICA Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. ISBN: 978-85-15-01359-3.

FOUCAULT, Michel. **A escrita de si**. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. ISBN: 978-85-15-01359-3.

FREITAS, Gustavo Araújo de. **A epistolografia no tratado Sobre o estilo de Demétrio e as primeiras reflexões sobre o gênero na antiguidade greco-romana**. Revista Estudos Linguísticos Literários, n. 55, núm. especial, 2016, Salvador: p. 200-221.

GALVÃO, Walnice Nogueira. À margem da carta. **TERESA** Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, n. 8/9, p. 14-29, 2008. ISSN 1517-9737. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116656/114243>. Acesso em: 11 set. 2018.

GIACOMONI, Marcelo Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. Flertando com o caos: os jogos no Ensino de História. *In: GIACOMONI; PEREIRA (org.) Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018, p. 9-18.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. ISBN: 978-85-393-0768-5.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos – O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. A reflexão conceitual na prática historiográfica. **Textos de História**, v. 5, n. 1-2, 2007, p. 49-66.

KOHLRAUSCH, Regina. (2015). Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si. *Letrônica*, 8(1), 148-155.
<https://doi.org/10.15448/1984-4301.2015.1.21361>

KOSHIBA, Luiz. **História, origens, estruturas e processos**. Uma leitura da História ocidental para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2000.

LAFER, Celso. Posfácio Hannah Arendt: vida e obra. *In: ARENDT, Hannah. Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia de bolso, 2011. p. 291-312. ISBN 978-85-8086-219-5.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: Pensamento, persuasão e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2018. 350 p. ISBN 978-85-7753-238-4.

LAFER, Celso. Sobre a correspondência de Hannah Arendt. *In: GALVÃO, Walnice Nogueira; Gotlib, Nádia Batella (Org). Prezado senhor, Prezada senhora - Estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 121-128. ISBN 85-359-0037-3.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História: consciência, pensamento, cultura, ensino. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 43-58, out./dez., 2011. Editora UFPR.

MARTINS, Vanessa Dutra Gandra. Reflexão sobre a escrita epistolar como fonte histórica a partir da contribuição da teoria da literatura. **R. Língua e Literatura | Frederico Westphalen | v. 13, n. 20, p. 1- 216, ago. 2011.**

MCDONOUGH, Yona Zeldis. **Who was Rosa Parks?** New York, Penguin Workshop, 2010. ISBN: 9780448454429.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História – entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: MaudX, 2007. ISBN: 978-85-7478-233-1.

MORAES, Marcos Antonio de. Sobrescrito. **Teresa** revista de Literatura Brasileira, n. 8-9, p. 8-9, 18 dez. 2008. ISSN 1517-9737. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116770>. Acesso em: 11 set. 2018.

NEVES, Priscilla Piccolo. **O Ensino do Nazismo na Educação Básica**: um diálogo entre História e Literatura através do paradidático O Holocausto Judaico. Orientador: Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva. 2008. 131 f. Tese (Mestrado) - Universidade Estadual do Maranhão, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas, São Luís, 2008. Disponível em: <http://www.ppghist.uema.br/wp-content/uploads/2016/12/Dissertação-completa-finalizada-e-assinada-Priscilla-Piccolo-defesa-3.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

PASSOS, Marie-Hélène Paret. Entre vida real e criação: a correspondência como reservatório da ficção. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 2, p. 190-194, abr.-jun. 2014.

POMBO, Rocha. História do Brasil. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.

PONTES, Heloísa. CIDADES E INTELECTUAIS: os “nova-iorquinos” da Partisan Review e os “paulistas” de Clima entre 1930 e 1950. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n.53, p. 34-53.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. A aula como texto: historiografia e ensino de história. *In*: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org). **A Escrita da História Escolar**: memória e historiografia, Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 13-32. ISBN 978-85-225-1582-0.

SANTOS, Vivian Carla Calixto dos. Fazeres autobiográficos e cartas pessoais. *In*: CAMARGO, Maria R. R. M. (Org.). **Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação**. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, 140 p. ISBN 978-85-7983-126-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é literatura?** Petrópolis: Editora Vozes, 2015. ISBN: 978-85-326-4983-6.

SEFFNER, Fernando. **Aprender e ensinar história**: como jogar com isso? *In*: GIACOMONI, Marcelo Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.) **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018, p. 19-34.

SEFFNER, Fernando. **Aprendizagens significativas em História**: critérios de construção para atividades em sala de aula. *In*: GIACOMONI, Marcelo Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.) **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018, p. 35-46.

TIN, Emerson. Cartas e Literatura: reflexões sobre pesquisa do gênero epistolar. IV Semana de Estudos do curso de Letras da Universidade Paulista – UNIP, Campus Limeira, 20 set. 2005, p. 1-11.

TIN, Emerson. Ler correspondência: (um) modo de fazer. XII Congresso Internacional da ABRALIC Centro, Centros – Ética, Estética. 18 a 22 de julho de 2011 UFPR –

Curitiba, Brasil. Disponível em:

file:///C:/Users/User/Downloads/Ler_correspondencia_um_modo_de_fazer.pdf Acesso em: 20 jan. 2021.

VASCONCELOS, Eliane. Intimidade das confidências. **TERESA** Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, n. 8/9, p. 372-388, 2008. ISSN 1517-9737. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116656/114243>. Acesso em: 19/12 dez. 2020.

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. **Por amor ao mundo**: a vida e a obra de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.